

Eliane Aparecida Berra

A EDUCAÇÃO DAS EMOÇÕES, DO DESEJO E DO
PRAZER NA *ÉTICA A NICÔMACOS* DE ARISTÓTELES

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação, da Faculdade de Educação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob orientação do professor Dr. Angelo Vitório Cenci.

Passo Fundo
2018

AGRADECIMENTOS

À coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro através da concessão de bolsa de estudo.

Ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo (PPGEDU/UPF), por proporcionar espaços de pesquisa e aprendizagem.

Aos professores do programa que promoveram a construção do conhecimento.

Aos funcionários da UPF, em especial os da FAED que sempre se mostram prestativos e colaboradores em atender as necessidades dos estudantes, e manter a organização e o funcionamento dos espaços de estudo e convivência.

Aos colegas por compartilharem múltiplos conhecimentos, em especial aos do grupo NUPEFE.

Ao meu orientador professor Dr. Angelo Vitorio Cenci, um agradecimento especial, pois suas orientações foram essenciais para a concretização da dissertação.

Aos meus filhos Felipe e Débora pelo apoio e compreensão. Obrigada!

*A educação pelo exercício de bons hábitos
é decisiva para a formação de um sujeito com caráter virtuoso.
O cultivo dos hábitos assume primazia
no processo educativo
justamente por levar o sujeito
a aprender a distinguir e a preferir
o que é correto em relação ao que não é.
O que distinguirá o homem virtuoso
serão justamente os hábitos enraizados em seu caráter.
(CENCI, 2012, p. 65).*

*Nem por natureza nem contrariamente à natureza
a excelência moral é engendrada em nós,
mas a natureza nos dá a capacidade de recebê-la
e esta capacidade se aperfeiçoa com o hábito (ARISTÓTELES, EN, II, 1, 1103b, 1999, p. 35).*

RESUMO

A presente dissertação aborda a educação das emoções, do desejo e do prazer na *Ética a Nicômacos* de Aristóteles, com o propósito de investigar o que está na base dessa educação. A hipótese defendida é de que o hábito em Aristóteles é o elemento fundamental para concretizar a educação das emoções, do desejo e do prazer visando ao agir virtuoso. A metodologia usada no desenvolvimento do estudo é de natureza bibliográfica e segue o procedimento analítico-reconstrutivo, que busca desenvolver os principais conceitos da obra aristotélica e de seus comentadores referentes ao tema da educação das emoções, do desejo e do prazer. A dissertação se constitui em dois capítulos. O primeiro, articulando conceitos-chaves da ética, apresenta a relação entre antropologia e virtude moral como base na concepção de educação das emoções, do desejo e do prazer em Aristóteles. O segundo capítulo discorre sobre a educação das emoções, do desejo e do prazer, visando compreender de que modo a razão pode governá-los no sentido de garantir que o agir virtuoso seja efetivado. Analisa como a razão pode atuar no comando do desejo e como se pode educá-lo pelo hábito de bem desejar, tendo como princípio o desejo reto que compreende o bem como bem em si mesmo. Com base nos conceitos do filósofo, conclui-se que a educação das emoções, do desejo e do prazer é possível quando a racionalidade é preponderante, pois pode fazer o agente refletir visando orientar seus impulsos, agindo de maneira inteligente, observando as leis e orientando adequadamente as emoções, o desejo e o prazer. Por meio do comando da razão, o hábito se estabelece e constitui o governo das emoções, do desejo e do prazer por ter mediado uma educação correta. O hábito, segundo Aristóteles, para ser enraizado requer tempo, a fim de ser cultivado corretamente e constituir a virtude moral. O virtuoso, em Aristóteles, tem o desejo educado e, por essa razão, sabe ter prazer com o que se deve, quando se deve e como se deve. Sendo assim, o hábito em Aristóteles se estabelece como a base que relaciona a educação das emoções, do desejo, e do prazer, pois através do comando da razão foi adquirido de maneira que se enraizou firmemente, constituindo o governo das emoções, do desejo, e do prazer. Por consequência, a educação das emoções, do desejo, e do prazer se concretiza firmemente através de bons hábitos adquiridos e enraizados desde a tenra idade.

Palavras-chave: Educação. Emoções. Desejo. Prazer.

ABSTRACT

This dissertation deals with the education of emotions, desire and pleasure in Aristotle's *Nicomachus Ethics*, in order to investigate what is the basis of this education. The hypothesis defended is that the habit in Aristotle is the fundamental element to concretize the education of the emotions, the desire and the pleasure aiming at the virtuous act. The methodology used in the development of the study is of bibliographic nature and follows the analytic-reconstructive procedure, which seeks to develop the main concepts of the Aristotelian work and its commentators on the theme of education of emotions, desire and pleasure. The dissertation consists of two chapters. The first, articulating key concepts of ethics, presents the relation between anthropology and moral virtue as the basis in the conception of education of emotions, desire and pleasure in Aristotle. The second chapter discusses the education of emotions, desire, and pleasure, in order to understand how reason can govern them in order to ensure that virtuous action is affected. It analyzes how reason can act in the command of desire and how it can educate it by the habit of well-wish, having as principle the right desire that understands the good as good in itself. Based on the concepts of the philosopher, it is concluded that the education of emotions, desire and pleasure is possible when rationality is preponderant, since it can make the agent to reflect in order to orient his impulses, acting in an intelligent way, observing the laws and directing properly the emotions, the desire and the pleasure. Through the control of reason, habit is established and constitutes the government of emotions, desire and pleasure for having mediated a correct education. Habit, according to Aristotle, to be rooted requires time, in order to be properly cultivated and to constitute moral virtue. The virtuous in Aristotle has the educated desire, and for this reason he knows how to take pleasure in what one should act, when one should act and how one should act. Thus Aristotle's habit is established as the basis for the education of emotions, desire, and pleasure, for through the command of reason it was acquired in a way that was firmly rooted, constituting the government of emotions, of desire, and of pleasure. Consequently, the education of emotions, desire, and pleasure is firmly realized through good habits acquired and rooted from an early age.

Keywords: Education. Emotions. Desire. Pleasure.

ABREVIACÕES

Obras de Aristóteles:

DA De anima

EN – tica a Nicômacos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 ANTROPOLOGIA, VIRTUDE MORAL E EDUCAÇÃO	11
1.1 O conceito aristotélico de alma	11
1.2 O hábito e a formação do caráter	17
1.3 A relação do prazer e do sofrimento com a virtude moral e a educação	19
1.4 A virtude moral e sua relação com a educação.....	25
2 A EDUCAÇÃO DAS EMOÇÕES DO DESEJO, E DO PRAZER.....	33
2.1 As emoções e o agir virtuoso.....	34
2.2 A educação do desejo.....	43
2.2.1 A razão e o desejo	43
2.2.2 O desejo reto e o bem em si.....	45
2.2.3 O desejo e a ação educativa	49
2.2.4 O desejo, a escolha deliberada e a racionalidade	54
2.3 A educação do prazer pelo hábito de bem desejar.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	66

INTRODUÇÃO

Revisitar Aristóteles para entender como pode ser possível educar as emoções e o desejo, se justifica por apontar que, para se levar uma vida correta, faz-se necessário sentir as emoções, o desejo e o prazer de modo adequado. Segundo o estagirita, agir virtuosamente requer saber governar o desejo e as emoções, governo este adquirido segundo a adequação de bons hábitos orientados pela razão. Ao se deparar com tais embasamentos na *Ética a Nicômacos* de Aristóteles, mais precisamente nos livros II, III, VI, VII, e, X, é possível perceber a relevância da temática por nos fornecer conceitos fundamentais para a orientação da educação das emoções, do desejo, e do prazer na atualidade.

A delimitação desta investigação se atém especificamente à *Ética a Nicômacos*, porque nela se pode identificar a relação que o filósofo faz entre emoções, desejo, prazer e educação, enquanto que na *Retórica* ele se refere às emoções vinculadas aos discursos ou à oratória. A obra *De Anima* ofereceu uma pequena contribuição, colaborando com os esclarecimentos sobre o conceito de alma. Tais explicações são fundamentais para entender as manifestações das emoções, do desejo e do prazer. Pondera-se que retomar Aristóteles, no que se refere à temática, requer interpretar o vasto e riquíssimo pensamento do filósofo de Estagira para agregar elementos argumentativos que sejam úteis e que visem pensar a educação das emoções, do desejo e do prazer. Mergulhando nas concepções do estagirita parece ser possível o entendimento de seus conceitos como razão, desejo, emoção, prazer, virtude, educação, o bem, a ação, a deliberação, entre outros, que são essenciais no sentido de constituir uma ideia de formação humana ancorada numa filosofia prática orientadora do agir voltado à excelência humana.

Para Aristóteles, existe a necessidade de educar as emoções e os desejos para que haja um adequado aprendizado do agir virtuoso. Todavia, quando a pessoa não leva adiante um certo governo destes, pode tornar-se sua escrava e comprometer a formação de seu caráter. Os desvios morais podem estar presentes na alma dos indivíduos que os praticam, por terem sido eles mesmos que os originaram em razão de não terem desenvolvido a capacidade de governar a si mesmos. Para tal governo, o sujeito deve ser capaz de não se deixar levar pela imediatez do desejo e saber administrar as emoções com caráter firme, de maneira que tenha poder sobre si mesmo. Para adquirir tal poder requer-se educar corretamente as emoções, o desejo e o prazer através do hábito que deve ser cultivado permanentemente desde tenra idade. Logo, tendo os elementos irracionais sob o domínio da razão, que educa o sujeito

através de hábitos, a resposta emocional é consolidada a agir bem, uma vez que as emoções, o desejo e o prazer foram bem exercitados em um longo período, ou seja, desde tenra idade.

Em vista disto, a problemática deste estudo explora questões tais como: De que modo as emoções e o desejo podem ser educados adequadamente para que se possam articular-se ao agir virtuoso? Como se constitui a virtude moral? Qual a relação do prazer e o sofrimento com a virtude moral? Qual a relação do hábito com a virtude moral e com a educação das emoções, do desejo e do prazer na *Ética a Nicômacos*? Estas questões nos levam a uma outra fundamental e norteadora do processo de investigação: O que está na base da educação das emoções, do desejo e do prazer em Aristóteles?

Em resposta à problemática, nossa hipótese é de que o hábito em Aristóteles é o elemento fundamental para concretizar a educação das emoções, do desejo e do prazer visando o agir virtuoso. Educar as emoções, o desejo e o prazer corretamente requer estabelecer o hábito de sentir as emoções adequadas, orientar o desejo e o prazer, e desejar bela e retamente segundo os ditames da razão. Tanto a virtude¹ como a educação se constituem mediante bons hábitos. A educação consiste em desenvolver em nós uma segunda natureza, sendo esta possível pela mediação do hábito, que é uma aquisição feita mediante exercício desde tenra idade.

Por conseguinte, Aristóteles considera que é necessário haver uma força interna que comande as emoções para garantir constância no modo de agir, fazendo com que o sujeito seja capaz de vencer os desejos imediatos, permitindo coerência quando pratica a ação. Faz-se necessário, pois, educar as emoções, o desejo e o prazer para que o educando possa atingir um nível satisfatório e coerente quando julgar e agir moralmente. Segundo Aristóteles, a educação tem um papel decisivo na formação do cidadão, pois é ela que orienta seu agir. Consequentemente, quando ela, a educação, é adquirida adequadamente por bons hábitos enraizados desde a infância, estes podem ser capazes de bem orientar a ação do sujeito.

A problemática proposta na presente dissertação explora elementos teóricos por meio de pesquisa bibliográfica fundamentada em autores que abordam a ética aristotélica. O trabalho de pesquisa bibliográfica se concretiza pelo esforço de explicitar conceitos na obra referida e fazer uma explicação e interpretação do texto aristotélico e comparações com os comentaristas. A colaboração de obras secundárias nos auxilia na investigação do problema.

² Trataremos excelência moral também como virtude, o tradutor Mário da Gama Kury diz que uma das maiores dificuldades na tradução foi encontrar equivalentes satisfatórios para certos termos no original grego. Por isso, ele prefere usar excelência moral ao invés de virtude. Porém, preferimos usar virtude, por considerar mais adequado a temática aqui proposta.

Autores como Aggio (2011), Camps (2011), Cenci (2002; 2012), Lear (2006), Nussbaum (2003), Ross (1987), Soria (1998), Zingano (2007), Wolf (2007), entre outros, colaboram de forma significativa para a construção desta dissertação. Os estudos dos autores mencionados contribuem para o levantamento de aspectos importantes para bem entender a relação existente entre desejo, emoções e educação.

O estudo segue o procedimento analítico-reconstrutivo, compreendido através de leituras e fichamentos de textos, e busca desenvolver a reconstrução das ideias aristotélicas conforme a delimitação feita na *Ética a Nicômacos*. As paráfrases formadas se constituem na interpretação dos conceitos, respeitando o recorte teórico feito na obra do autor. O método estabelece um diálogo interpretativo com a obra delimitada de Aristóteles e a literatura secundária a fim de perseguir o entendimento da argumentação e dos conceitos aristotélicos sobre a investigação proposta. Desse modo, a compreensão se configura como base da interpretação por estabelecer uma experiência hermenêutica que constitui um diálogo com as obras investigadas a fim de tornar claras as considerações aristotélicas.

Em resultado, o trabalho se constitui em dois capítulos. O primeiro, articulando conceitos chaves da ética, apresenta a relação entre antropologia e virtude moral como base para a concepção de educação das emoções, do desejo e do prazer em Aristóteles. Nele explicita-se o conceito de alma e suas dimensões, mostrando-se que a uma delas, a apetitiva, se vinculam os conceitos de hábito, emoções, desejo, prazer, virtudes morais e educação. Expõe-se que é necessário saber bem administrar a relação entre prazer e sofrimento que acompanham nossas ações, a fim de bem conduzi-las. Mostra-se, igualmente, que a formação do caráter pode ser concretizada mediante a aquisição de bons hábitos; apresenta-se a compreensão de virtude moral como hábito e se explica que este desempenha um papel central em relação à virtude, sendo fundamental para a concepção de educação em Aristóteles.

No segundo capítulo discorre-se sobre a educação das emoções, do desejo e do prazer visando compreender de que modo a razão pode governá-los para garantir que o agir virtuoso seja efetivado. É por isso que a ação educativa, quando concretizada pelo cultivo de bons hábitos, se enraíza no sujeito permanentemente, de modo a torná-lo virtuoso. Explicita-se a relação da virtude com a educação moral das emoções, do desejo e do prazer. Além disso, analisa-se como a razão pode atuar no comando do desejo, e como se pode realizar a educação do desejo pelo hábito de bem desejar, tendo como princípio o desejo reto.

1 ANTROPOLOGIA, VIRTUDE MORAL E EDUCAÇÃO

O desenvolvimento da virtude moral demanda tempo para o cultivo de bons hábitos e domínio sobre si mesmo. Aristóteles ajuíza que para o desempenho de um bom caráter se faz necessário ter um bom raciocínio, o que auxilia ao agir e ao desenvolvimento das virtudes. A virtude do caráter é adquirida pelo hábito e por isso a educação do ser humano também se revela através de bons hábitos adquiridos desde a infância. Conseqüentemente, a virtude moral necessita de cultivo que deve ser praticado desde tenra idade para que o hábito se torne incorporado às atividades, seguindo uma mediana que seja um guia para orientar bem as escolhas. Com efeito, as escolhas quando bem orientadas pelo hábito preservam a razão por ter encontrado um equilíbrio com as ações. É por essa razão que as pessoas dotadas de continência cedem à razão e levam uma vida equilibrada se constituindo como virtuosas.

Diante de tais considerações, a problemática sobre a relação entre antropologia e virtude moral é explorada tomando-se como ponto de partida o conceito aristotélico de alma e, em seguida o vínculo do prazer e do sofrimento para com a virtude moral. Apresenta-se, na seqüência, a compreensão da virtude moral como hábito e como mediana para esclarecer que este é um elemento fundamental para a concepção de educação em Aristóteles. Com este escopo pretende-se evidenciar que a formação do caráter é constituída quando se levar adiante a constância da prática de bons hábitos que necessitam estar em harmonia com o raciocínio. Estes, os hábitos, quando adquiridos acertadamente, constituem a virtude e por isso capacitam o sujeito para agir sabiamente atuando bem diante das ações ou quando se relacionar com o prazer e o sofrimento.

1.1 O conceito aristotélico de alma

Aristóteles desenvolve o conceito de alma, por ele considerado como a própria estrutura do homem. Para o filósofo, conhecer a alma humana supõe um profundo conhecimento da sua natureza. Os seres dotados de alma possuem em si mesmos um princípio de movimento e repouso. A relação corpo e alma se estabelece como potência e ato, matéria e forma. Essa relação é explicitada por características peculiares que diferenciam o ser humano de outros animais e dos vegetais. Por haver uma relação estreita entre ambos, não só a alma ou o corpo age, mas sim o homem como um todo, por inteiro.

A alma em Aristóteles pode ser entendida como forma específica de um corpo que tem vida, sendo esta forma e perfeição de um corpo. Sua composição acontece por um conjunto de faculdades e subdivisões, das quais algumas podem ser encontradas em todos os seres vivos, outras não. As plantas, por exemplo, só contêm a parte nutritiva da alma e desta deriva a nutrição, o crescimento e o envelhecimento. A alma humana, para Aristóteles, se subdivide em irracional e racional e essas são inseparáveis porque a alma é una, mas sua complexidade reside em agregar as partes vegetativa (nutrição), sensitiva (vida) e raciocinativa (intelectiva). (EN, I, 13, 1102b, 1992). A dimensão irracional se divide em duas. Uma delas é a vegetativa, que é comum a todos os seres vivos, e responsável pelo princípio da vida, nutrição, crescimento e reprodução perpétua da espécie e garantia da manutenção da vida. Sem a parte vegetativa não existiria a sensitiva e a racional. A outra é a sensitiva e Camps, (2011), esclarece que nesta parte está o núcleo das emoções e dos sentimentos que sustenta a maioria das virtudes éticas:

as virtudes se instalam na alma, mas a alma não está, por assim dizer, em uma só parte. Tem uma parte vegetativa, uma parte sensível e uma parte racional. Deixando de lado a alma vegetativa, a parte sensitiva é o núcleo de emoções e sentimentos e é o sustento da maioria das virtudes que o próprio Aristóteles chama de << éticas >>, para opor-se a << dianoéticas >> ou << intelectuais >>, que não se fixam na parte sensitiva, mas na parte racional da alma² (CAMPS, 2011, p.45, grifos do autor, tradução nossa).

A parte sensitiva é responsável pelo desejo, percepção e locomoção; engloba os sentidos da visão, do tato, do olfato, da audição e da gustação. Ela existe em todos os animais. Nela encontra-se o principal componente ético da ação, o desejo. Conforme Ross “a alma sensitiva não se resume apenas à função de perceber mas, como consequência natural disto, também possui a de sentir prazer ou dor e, portanto, de desejar, a qual se encontra em todos os animais” (1987, p. 138). Ainda, existem duas faculdades derivadas da parte sensitiva que podem ser encontradas na maioria dos animais. Do lado cognitivo, a imaginação; do apetitivo, a faculdade do movimento e a faculdade específica do homem, a razão. A parte racional ou intelectual tem a função do conhecimento universal e necessário e também é voltada para a

² “las virtudes se asientan en el alma, pero el alma no es, por decirlo de algún modo, de una sola pieza. Tiene una parte vegetativa, otra sensitiva y otra racional. Dejando de lado el alma vegetativa, la parte sensitiva es el núcleo de las emociones y los sentimientos y es el sustento de la mayoría de las virtudes que el propio Aristóteles llama <<éticas>>, para contraponerlas a las <<dianoéticas>> o <<intelectuales>>, que no se asientan en la parte sensitiva, sino en la parte racional del alma” (CAMPS, 2011, p.45, grifos da autora).

ação prática ou deliberativa. A alma racional agrega virtudes intelectuais como a arte, a ciência, o discernimento, a sabedoria filosófica e a inteligência.

Ross (1987, p. 141) expõe que Aristóteles, na sua psicologia das faculdades, refere que a alma exhibe uma série de operações e que por trás de cada uma das operações intermitentes deve-se pressupor a operatividade de um poder permanente. Observa, ainda, que as faculdades “possuem uma ordem definida, uma ordem de valor, e uma ordem contrária ao seu desenvolvimento no indivíduo” (Ross, 1987, p. 141). O autor exemplifica que “o intelecto e o desejo constituem faculdades distintas, mas as espécies mais elevadas de desejo apenas se podem manifestar em seres possuidores de intelecto, sendo em si próprias intelectuais” (ROSS, 1987, p. 141). Desse modo, a escolha pode ser designada de intelecto desejanter ou de desejo refletido.

A alma vegetativa ou nutritiva existe em todos os seres vivos, considerando as plantas e os animais; ela se mantém em funcionamento como forma de preservar a vida. Para manter a vida necessita-se do processo do crescimento, por isso a função nutritiva necessita estar em funcionamento em tudo o que tem vida como forma de preservar a sua existência. Já a alma sensitiva, como vimos, está presente em todos os animais e nela se apresenta a função de perceber, de sentir prazer ou dor, e também de desejar. Assim, “naquele em que subsiste percepção sensível, também subsiste prazer e dor, percebendo o prazeroso e o doloroso; e, nos que eles subsistem, também subsiste o apetite, pois este é o desejo do prazeroso” (DA, II, 414a4, 2012, p. 77). O tato, por exemplo, é um dos mais importantes de todos os sentidos, pois é através dele que um animal é capaz de distinguir quando entra em contato com um objeto. Os demais sentidos são meios para poder ter uma boa existência, como a percepção, que constitui um subsídio para os animais encontrarem comida e ajudar a evitar o que lhes pode ser maléfico. As sensações constituem um processo que envolve movimentos físicos transmitidos pelos órgãos do sentido e da alma. A sensação é a realização da potencialidade, sendo que seu ato é a razão para a existência dos órgãos do sentido. Ross esclarece que “a percepção distingue-se da nutrição pelo facto de, enquanto na última a matéria da comida é absorvida, na primeira apenas a forma é recebida sem matéria” (1987, p. 144).

Aristóteles considera que a alma não pode existir fora do corpo, pois ela está distribuída em todo o corpo. Por isso, pode-se considerar que alma e corpo não podem ser duas substâncias, pois são elementos inseparáveis. “Para Aristóteles, a alma e o corpo formam uma união que é completa enquanto dura, e na qual alma e corpo constituem aspectos meramente discerníveis à visão filosófica” (ROSS, 1987, p. 140). Os corpos são considerados matérias, e

condenados a serem substâncias, e a alma é forma, considerada atualidade do ser vivo. O exercício de sua função representa a atualidade mais completa, pois mesmo quando um ser humano dorme possui alma e somente as funções vegetativas permanecem adormecidas. “Um animal, por exemplo, vive mesmo quando está dormindo e, embora inativa, sua capacidade de perceber não desaparece por completo e permanece de algum modo disponível” (DA, 2012, p. 27). Quase sempre a alma nada pode fazer ou sofrer sem o corpo (irritar-se, perceber, etc.), mesmo que o pensar pareça ser próprio dela, pois se a imaginação provém do pensar, esse não pode existir sem o corpo. “Parece também que todas as afecções da alma ocorrem com um corpo: ânimo, mansidão, medo, comiseração, ousadia, bem como a alegria, o amar, o odiar – pois o corpo é afetado de algum modo e simultaneamente a elas” (DA, I, 403a21, 2012, p. 47). Algumas vezes, emoções pequenas e nem percebidas podem causar excitação e temor e outras vezes fortes emoções não produzem tais sentimentos. Caso o corpo irritado esteja encolerizado, outras emoções podem se manifestar mais fortemente.

Segundo Aristóteles é importante analisar alma e corpo para entender como essa unidade se concebe. Para ele, alma é forma e entende que forma e matéria não são distintos, mas constituem um organismo vivo, ou seja, uma unidade. Porém, “a alma não é um ingrediente especial que sopra vida para dentro de um corpo sem vida; é certo aspecto do organismo vivo, e um organismo vivo é um paradigma de uma unidade funcionando” (LEAR, 2006, p. 151). O organismo, assim, é pensado como uma substância, como um sujeito de propriedades. O organismo toma emprestadas a forma e a essência para formar a unidade de corpo e alma.

Lear pondera que “o organismo vivo é uma unidade tal que o desafio real para Aristóteles não é o de mostrar como alma e corpo podem formar uma unidade mas, antes, mostrar como essa unidade pode ser legitimamente concebida como tendo dois aspectos: alma e corpo” (2006, p. 152). Nesse sentido, Aristóteles parece querer significar que a alma é a substância na forma de um corpo físico que possui vida. Um ser vivo possui matéria e forma, sendo o corpo matéria, e a alma forma. “Aristóteles insiste que a alma é a forma de todo o composto cujo material é o corpo. É simplesmente impossível, então, separar a alma do corpo, como não é possível separar a fio do machado do metal de que é feito, ou a visão do olho como um órgão físico”³ (Lloyd, 2008, p.140, tradução nossa). Para Aristóteles a alma não se

³ “Aristóteles insiste que el alma es la forma del todo compuesto cuya materia es el cuerpo. Es simplemente imposible, entonces, separar el alma del cuerpo, como se fuera posible separar el filo de hacha del metal de que está hecha, o la vista del ojo como órgano físico” (Lloyd, 2008, p. 140).

concebe com uma entidade separada que habita um corpo, mas só pode existir em conjunto com o corpo.

A alma é substância como forma do corpo; ela é atualidade de um determinado tipo de corpo natural que tem em potência a vida, isto é, que tem em si mesmo o princípio de movimento e repouso. “Ela é a substância segundo a determinação, ou seja, o que é, para um corpo de tal tipo, ser o que é. Se um instrumento fosse um corpo natural - por exemplo, o machado -, a sua substância seria o que é ser para o machado, e isto seria sua alma” (DA, II, 412a20, 2012, p. 72). A substância é um gênero que engloba matéria, figura e forma, sendo que a matéria é potência e a forma atualidade. O ser vivo é composto de matéria e forma, e de corpo e alma. A alma não é considerada um predicado do corpo, não é o corpo e também não é matéria, mas ela é a forma do ser vivo, ou seja, a substância do ser vivo:

substâncias parecem ser, em especial, os corpos e, de entre eles, os corpos naturais. Estes, na verdade, são os princípios dos outros corpos. De entre os corpos naturais, uns possuem vida, outros não. Chamamos «vida» à auto-alimentação, ao crescimento e ao envelhecimento. Todo o corpo natural que participa da vida será, conseqüentemente, uma substância, e isto no sentido de substância composta. E como se trata de um corpo de certa qualidade é, pois, um corpo que possui vida, a alma não será o corpo, porque o corpo não está entre as coisas que são ditas de um sujeito. O corpo antes é sujeito e matéria. A alma, portanto, tem de ser necessariamente uma substância, no sentido de forma de um corpo natural que possui vida em potência (DA, I.4, 407b27, 2010, p. 61).

A alma, enquanto substância composta num corpo natural que possui vida, não é o próprio corpo, pois sendo o corpo sujeito da matéria, a alma se torna forma de um corpo natural que possui vida em potência. A matéria é potência, a forma é ato, e o composto de ambas é o ser animado⁴. Assim, a alma não é separável do corpo, nem as partes da alma o são em relação às partes do corpo. Na concepção de Aristóteles, a alma não existe sem o corpo e a alma não é um certo corpo, mas algo do corpo. Ela não se concebe em duas substâncias, porque corpo e alma não são duas substâncias. São elementos inseparáveis⁵ de uma única

⁴ Animado, na concepção de Aristóteles, é uma substância enquanto composto, uma substância primeira composta por forma e matéria (matéria, forma, composto). Seres animados dispõem das faculdades nutritiva até a intelectual. Vejamos o que encontramos na obra *Sobre a alma* no que se refere à substância: “Dizemos que a substância é um dos gêneros do ente. Ela é, numa primeira acepção, matéria, o que não é, por si mesmo, este algo; noutra acepção, é a forma segundo a qual já é dito este algo e o aspecto; e, numa terceira acepção, é o composto da matéria e da forma. Ora a matéria é potência, enquanto a forma é acto. E isto de duas maneiras: numa, como o é o saber; na outra, como o é o exercício do saber” (2010, p. 61).

⁵ Ross esclarece que “a palavra <<inseparável>> necessita aqui de uma cuidadosa análise. Alma e corpo, tal como em geral a forma e a matéria, são em certo sentido separáveis. A matéria, que está agora ligada a uma alma para formar um ser vivo, existia antes do começo da união e existirá para além do momento da sua cessação. É apenas da forma, e não dessa forma, que esta matéria é inseparável. E, de novo, esta forma pode existir separada desta matéria, uma vez que, segundo o ponto de vista de Aristóteles, é uma forma que está incorporada a todos

substância. “Os corpos, mais que qualquer outra coisa, estão universalmente condenados a ser substâncias; e, entre os corpos, muito particularmente os corpos naturais pois estão na origem de todos os outros, tanto mais que os corpos artificiais são constituídos a partir deles” (ROSS, 1987, p.142). Percebe-se que o corpo é a matéria ou o possuidor de atributos, enquanto a alma é forma ou atributo essencial.

A alma necessita de um corpo orgânico para poder desempenhar suas funções. Ela é princípio do corpo em que vive, também é causa como substância dos corpos animados. A alteração e o crescimento também existem segundo a alma. Para Aristóteles quem não participa da alma não é capaz de perceber, e nem cresce naturalmente quem não é nutrido, e não compartilha da vida. “Uma vez que nada se nutre sem participar da vida, é o corpo animado, como animado, que é nutrido; por conseguinte também a nutrição diz respeito ao animado e não por acidente” (DA, II, 416a36, 2012, p. 82). O animado é alimento por conservar a substância, e existirá enquanto se nutrir.

Aristóteles considera também que a alma não se move ou move o corpo. Para ele, “só é possível o movimento accidental da alma, isto é, a alma pode mover a si mesma apenas acidentalmente e à medida que é causa eficiente dos movimentos do corpo que reside” (DA, I.4, 408a34, 2012, p. 182). A alma não se move quanto ao lugar. O movimento por vezes chega até a alma e outras parte dela. “Na percepção sensível, por exemplo, ele parte de fora, e na reminiscência parte dela até chegar aos movimentos e às estabilizações nos órgãos de percepção” (DA, I.4. 408b13, 2012, p. 62). A alma não se move pelas afecções, não se pode dizer que ela se entristece, se amedronta etc., pois essas emoções não são movimentos da alma porque ela não se move. O movimento parte dela ou termina nela. É o homem com sua alma que é capaz de ter piedade, ensinar ou discorrer. Segundo Ross, “a alma é a causa do movimento mas não do automovimento. Move sem ser movida; conhece, mas não deve, por esta razão, ser pensada como sendo composta dos mesmos elementos por ela conhecidos” (1987, p. 141).

A felicidade é o bem supremo que pode ser atingido através da ação humana e supõe a prática da virtude para que o bem humano seja assegurado. Parte desse bem provém da alma humana. Toda a decisão necessita visar um certo bem e buscar a excelência da alma humana, que é conquistada mediante a adequação de hábitos. Por isso, pode-se dizer que a felicidade é uma atividade da alma. A virtude que Aristóteles examina é, pois, a humana, porque

os membros duma espécie, podendo existir independentemente de cada um deles, ainda que não de todos. Portanto, para a sua existência, ela requer, não esta matéria, mas esta espécie de matéria” (ROSS, 1987, p. 140).

considera tratar-se da excelência não do corpo, mas sim a da alma. “A excelência humana significa, dizemos nós, a excelência não do corpo, mas da alma, e também dizemos que a felicidade é uma atividade da alma” (EN, I, 13, 1102b,1999, p. 32).

1.2 O hábito e a formação do caráter

O hábito em Aristóteles se caracteriza como uma proposição indispensável para a formação do caráter, pois seu cultivo é um elemento a partir do qual se estabelece um vínculo entre emoções, desejo, prazer, educação e virtude. A alma do indivíduo que aprende necessita ser cultivada por meio de hábitos para que saiba gostar e desgostar das coisas acertadamente visando encontrar afinidade com a excelência moral. Através do exercício desde tenra idade, e se prolongando ao longo da vida, abstendo-se da prática das más ações, a alma pode ser educada para estar apropriada de discernimento e obedecer à razão.

Para Aristóteles, a excelência humana necessita ser cultivada desde criança com o intuito de desenvolver hábitos saudáveis que visem proporcionar a harmonia do raciocínio com as emoções e o desejo. O hábito, em Aristóteles, é um elemento fundamental para desenvolver capacidades - por exemplo, de saber agir bem - e estas são geradas por exercícios. Depois de se efetivar disposições corretas, elas se tornam um modo de ser, ou seja, uma qualidade que, depois de consolidadas, se realizam com mais facilidade.

Soria (1998) ressalta que para Aristóteles a natureza humana não alcança sua plenitude apenas em um ato, mas em muitos atos e se faz necessário tempo para que os hábitos possam ser adquiridos e engendrados no ser humano. É necessário cultivo desde a tenra idade para que os hábitos possam se estabelecer. O hábito pode ser uma virtude que revela um comportamento, podendo ser bom ou mau quando nos deparamos com as emoções. Ele envolve elementos cognitivos e afetivos e necessita distinguir a ação correta da incorreta, produto de escolhas certas. Deixar-se simplesmente levar-se por uma emoção equivale a não agir de acordo com a razão e a não usar a capacidade de raciocínio prático (Soria, 1998, p. 61.). Agir bem ou ter uma boa educação significa aprender a governar as emoções e o desejo para ter domínio no agir e poder alcançar a plenitude da natureza humana.

Para saber agir bem ou moderadamente e conquistar a virtude moral, requer-se do sujeito experiência e tempo, porque ela não nasce com ele, mas “é o produto do hábito, razão pela qual seu nome é derivado, com uma ligeira variação, da palavra ‘hábito’. [...] Nenhuma das várias formas de excelência moral se constitui em nós por natureza, pois nada que existe

por natureza pode ser alterado pelo hábito” (EN, II, 1, 1103b, 1999, p.35). Desse modo, a virtude e a educação se constituem a partir de bons hábitos. Tanto a educação quanto a virtude consistem em desenvolver em nós uma segunda natureza que é possível pela mediação do hábito, “portanto, nem por natureza nem contrariamente à natureza a excelência moral é engendrada em nós, mas a natureza nos dá a capacidade de recebê-la, e esta capacidade se aperfeiçoa com o hábito” (EN, II, 1, 1103b, 1999, p.35). Ele é uma mediação que se adquire mediante exercício, e o sujeito se torna moderado quando exercitado desde cedo.

De acordo com Aristóteles, nas várias formas de excelência moral, para engajarmos nossas relações com as pessoas, podemos tornar-nos justos ou injustos e, assim, adquirirmos o hábito de sentir receio ou confiança, podendo nos tornar corajosos ou covardes. Em relação ao desejo e à ira, existe a possibilidade de orientá-los e tornar os sujeitos amáveis e moderados, mas outros podem se tornar concupiscentes ou irascíveis; na mesma situação ou circunstância existem comportamentos diferentes que podem ser disposições (hábitos). As disposições morais referem-se às diferenças entre as atividades que praticamos, por isso elas necessitam ser pré-determinadas a fim de formar os hábitos desde nossa infância para que eles sejam decisivos para a formação do caráter. “Não será pequena a diferença, então, se formarmos os hábitos de uma maneira ou de outra desde nossa infância; ao contrário, ela será muito grande, ou melhor, ela será decisiva” (EN, II, 1, 1103b, 1999, p. 36).

Os bons hábitos, quando adquiridos desde a infância, se caracterizam como uma prática que pode nos engajar dentro das relações, fazendo com que nos tornemos justos, moderados e amáveis. Por isso, para Aristóteles, é importante examinar a natureza das ações para que se saiba “agir de acordo com a reta razão” a fim de fazer o bem e ter responsabilidade sobre nossas ações. “Na medida em que somos donos das ações que promovem os hábitos, ser de uma maneira ou de outra, ter um caráter ou outro, depende de nós mesmos, somos responsáveis pelo mesmo. Cada um é a própria causa de seu caráter”⁶ (SORIA, 1998, p. 67, tradução nossa).

Para Aristóteles, levar uma vida valiosa é saber agir bem e contornar a vulnerabilidade humana, por isso o filósofo considera que o hábito é importante para a excelência ética. As virtudes morais não se constituem no ser humano por natureza, mas pela constituição de um processo de habituação, de exercício ou autocultivo, acolhendo e habituando-se às excelências

⁶ “El la medida em que somos dueños de las acciones que promueven los hábitos, ser de una manera o de otra, poseer un carácter u outro, depende de nosotros, somos responsables del mismo. Cada uno es em parte causante de su carácter” (SORIA, 1998, p. 67).

morais. Como argumenta o filósofo, “quanto às várias formas de excelência moral, todavia, adquirimo-las por havê-las efetivamente praticado, tal como fazemos com as artes” (EN, II, 1, 1103b, 1999, p.35).

Com efeito, a educação das emoções, do desejo e do prazer é adquirida mediante prática constante. É na prática do agir com os outros que existe a possibilidade de nos tornarmos justos ou injustos, pois quando agimos em meio a certas situações podemos sentir medo ou ganhar confiança, permaneceremos covardes ou tornarmo-nos corajosos. Frente a estas circunstâncias é que alguns podem tornar-se temperados e gentis, enquanto outros se tornam devassos e irascíveis. As diferentes ações que são praticadas desde cedo fazem toda a diferença para a educação das emoções e do desejo, porque “nossas disposições morais resultam das atividades correspondentes às mesmas. É por isto que devemos desenvolver nossas atividades de uma maneira predeterminada” (EN, II, 1, 1104b, 1999, p. 37). A medida certa da disposição de caráter aumenta e conserva a temperança, a coragem e as demais excelências quando orientada devidamente por bons hábitos que formam o caráter.

1. 3 A relação do prazer e do sofrimento com a virtude moral e a educação

O prazer em Aristóteles não pode ser reduzido simplesmente aos desejos corporais e é uma dimensão fundamental da vida humana. Porém, é necessário administrar o conflito afetivo que pode existir quando o desejo não se sujeita ao comando da razão, pois pode existir o desejo de um bem imediato sem pensar no bem futuro. O imediato pode parecer ser mais prazeroso e ter uma satisfação momentânea, não tem a necessidade da espera, porém pode significar prejuízos e arrependimento. Pode ser algo fugaz e sem razão, movido por desejos irracionais, enquanto um bem futuro pode ser pensado e raciocinado e ter um significado maior com um fim bom. Nossas ações devem ser pensadas porque o homem tem possibilidade para fazer escolhas inteligentes que saibam administrar o prazer e o sofrimento. A tendência de buscar o prazer e evitar o sofrimento deve ser corrigida através de uma educação que preze por uma adequação de bons hábitos desde tenra idade: "Mas como o prazer e a dor nem sempre coexistem com o bem e o mal moral, a tendência a buscar o prazer

e evitar a dor deve ser corrigida, através da educação, para que aprendamos a colocar prazer e dor no que deveria produzi-lo”⁷ (CAMPS, 2011, p.43, tradução nossa).

Não se nasce com o conhecimento do bem, mas pode-se adquiri-lo porque o homem bom deseja acertar e fazer o que é conveniente para saber administrar o conflito de buscar o prazer e evitar o sofrimento. O prazer e o sofrimento acompanham nossas ações; pelo prazer muitas vezes somos levados a ações vergonhosas e, pelo medo somos afastados de feitos gloriosos. É preferível escolher o belo, o vantajoso e o agradável evitando o contrário, ou seja, o feio, o nocivo e o desagradável. O homem bom tem plena capacidade de fazer escolhas corretas e coerentes, porque educou suas emoções, o desejo e o prazer. Logo, o perverso, principalmente quando diz respeito ao prazer, faz escolhas erradas e, como o prazer é algo que cresce com o sujeito desde a infância, é difícil descartá-lo por estar impregnado em suas vivências. Por isso, a importância de se ter bons hábitos desde cedo, visando educar o desejo para ter prazer somente com o que é correto, e conseqüentemente, escolher ações corretas.

O efeito do prazer e do sofrimento causa implicações sobre nossas ações, tanto nas boas como nas más. Porém, “com efeito, a excelência moral se relaciona com o prazer e o sofrimento; é por causa do prazer que praticamos más ações, e é por causa do sofrimento que deixamos de praticar ações nobilitantes” (EN, II, 3, 1104b, 1999, p. 37). É necessário que se saiba mediar as pulsões com certa dose de racionalidade para adquirir excelência moral. Essa aprendizagem é um processo de construção, onde se aprende a gostar e desgostar das coisas certas para que se saiba administrar a vida. Como argumenta Aristóteles, “daí a importância, assinalada por Platão, de termos sido habituados adequadamente, desde a infância, a gostar e desgostar das coisas certas; essa é a verdadeira educação” (EN, II, 3, 1104b, 1999, p. 37).

O homem moderado em Aristóteles controla os impulsos do corpo e da alma, pois sabe vencer o mau desejo para não desviar-se do que é correto diante do prazer e da dor. Esse homem, para Aristóteles, merece louvor, pois age pensando em objetivos maiores do que a satisfação dos apetites imediatos. “Embora Aristóteles reconheça que o louvor possa ser utilizado como instrumento de encorajamento ético, nosso louvor mais alto, para ele, não é concedido como algum tipo de recompensa: é o reconhecimento de um homem que é verdadeiramente feliz” (LEAR, 2006, p. 252). O homem feliz em Aristóteles combina os prazeres e dores com as ações virtuosas, pois obtém prazer agindo de maneira corajosa,

⁷ “Pero, dado que no siempre el placer y el dolor coinciden con el bien y el mal morales, la tendencia a buscar el placer y evitar el dolor deberá corregirse, mediante la educación, a fin de que aprendamos a colocar el placer y el dolor em aquello que debe producirlo” (CAMPS, 2011, p. 43).

generosa, virtuosa e moderada. Quando ensinado a agir desde cedo virtuosamente pelo exercício do hábito, o homem sabe buscar prazer agindo corretamente. “Hutchinson explica que, se você não gostasse de fazer o que é certo, isso seria um sinal de que você não tem a virtude relevante (2009, 276).

Desse modo, uma criança fazendo o exercício da repetição pode encontrar prazer nos próprios atos (corretos) e cresce habituada ao caminho da virtude. Segundo Cenci, “o prazer, assim como o sofrimento que acompanha as ações, é um indício das disposições morais do sujeito e é um elemento que está na base da educação e da formação humana” (2012, p. 59). A experiência e o tempo são aliados importantes para a aquisição de hábitos que podem tornar-se prazerosos pela prática constante e, desse modo, colaborar na formação moral. É necessário levar em conta que a formação do sujeito acontece na relação com os outros, que é o lugar onde se pode aprender a agir bem, pois não somos virtuosos por natureza, e, por isso, no agir podemos nos construir para despertar um estado de caráter. O homem de caráter virtuoso tem prazer em agir de maneira justa e sabe se relacionar de maneira correta com o sofrimento e o prazer porque soube educar corretamente as emoções e o desejo através de bons hábitos conquistados desde tenra idade. Conforme Hutchinson, “a maioria dos homens avalia sua própria conduta em termos de prazer e dor, e há certo prazer em fazer o que você sabe que é certo, mesmo quando é contrário a nossas inclinações” (2009, p. 276).

A educação das emoções, do desejo e do prazer implica, necessariamente, a formação do caráter e a aquisição da virtude moral, ancorada pela habituação de saber desejar o correto, a fim de tornar o homem bom. Nas considerações de Aristóteles o homem bom habituou-se a desejar segundo a reta razão, que orientou as emoções, o desejo e o prazer pela adequação de hábitos corretos, e por isso, é sábio (prudente, virtuoso). Adquiriu a virtude por educar os desejos, o prazer, as emoções e dosar os apetites moderadamente, aprendeu que apenas o que é correto deve ser prazeroso e sente prazer em desejar o que é bom (o bem), porque sabe que age corretamente. Distingue-se do incontinente⁸, que age com o propósito de um fim prazeroso, independentemente de ser bom ou ruim, pois não busca moralmente o prazer. Aristóteles deixa claro que quem deixa seus apetites crescerem desreguladamente, acaba vivendo sob a instigação e o comando deles fazendo com que o desejo do prazer momentâneo tome conta e não ouça a razão.

⁸ No livro II da EN, Aristóteles esclarece que, “as pessoas incontinentes agem movidas pelo desejo, mas não pela escolha; as dotadas de continência, ao contrário, agem por escolha mas não por desejo; além disto, o desejo é contrário à escolha, mas o desejo não é contrário ao próprio desejo; mais ainda: o desejo se relaciona com o agradável e o penoso, mas a escolha não se relaciona nem com o penoso, nem com o agradável” (2, 1112a, 1999, p. 54).

Quando a irracionalidade prevalece, o desejo do prazer é insaciável e, ainda mais, se ela é oriunda desde a infância – por não ter havido uma orientação do desejo – essa tendência estimula a satisfação dos desejos e, se esses forem inúmeros, e, por vezes, violentos, a capacidade de raciocinar acaba ficando ainda mais comprometida. O estagirita considera que o desejo deve ser pouco e moderado e não se opor à razão, e é por isso também que as crianças devem seguir as instruções sobre o que é correto e a orientação para o controle de seus impulsos. “E da mesma forma que a criança deve viver de conformidade com as instruções de seu preceptor, a parte apetitiva de nossa alma, deve viver de conformidade com a razão” (EN, III, 12, 1119b, 1999, p. 69). Entende-se que quando existe moderação nos apetites da alma, a razão e os desejos encontram um equilíbrio, em vista do que é nobilitante. Assim, “a pessoa moderada deseja as coisas que deve desejar, como deve desejar e quando deve desejar; é isto que a razão determina” (EN, III, 12, 1119b, 1999, p. 69). É por essa razão também que o desejo, segundo o estagirita, não deve ser extirpado da natureza humana; exclusivamente necessita ser educado através da aquisição de bons hábitos para obedecer à razão, a fim de ser organizado em vista de ser assertivo com a atividade correta no momento correto e ir ao encontro da virtude. Conforme Cenci, “a virtude é produto da prática amadurecida de determinados hábitos que devem ser cultivados desde tenra idade e o seu exercício requer, pois, um aprendizado pelo exercício constante” (2012, p. 64).

A virtude, na concepção aristotélica, refere-se às ações e emoções que podem ser acompanhadas de prazer ou dor. Os efeitos decorrentes das disposições morais podem transformar a alma mediante os prazeres e dores e, assim, modificar a constituição das mesmas. Virtudes e vícios são disposições com relação aos estados afetivos, mas não são estados afetivos. Besnier explana que, “a disposição virtuosa a respeito da paixão consiste não em evitar experimentá-la (o que parece simplesmente impossível), mas em experimentá-la corretamente; embora seja possível haver uma avaliação relativa às paixões” (2008, p.77). Se a virtude deve ser uma maneira de sentir ou disposição que é causa da felicidade, a forma como somos afetados por tal disposição virtuosa é correta por saber experimentá-la acertadamente diante das afecções⁹.

⁹ Nas afecções (raiva, amor, compaixão etc..) existem fatos que podem vir acompanhados de sofrimento e dor (sentimentos sensoriais ou atividades), pois são possuidoras de apetites e desejos. Segundo Wolf (2010, p. 71) a afecção é provocada por um estado de coisas, que implica a opinião que se concede sobre determinadas coisas. Ela reage ao estado de coisas, contendo um componente de prazer ou desprazer. Quando um sujeito é acometido por algo ruim, surge em sua pessoa um desprazer. “Por isso, as afecções são valorativas: referem-se a nosso bem viver, na medida em que permitem a experiência de sermos atingidos pelo sentimento de algo bom ou ruim para nós” (WOLF, 2010, p. 71). Para o bem viver é necessário se relacionar de maneira moderada com as emoções e desejos para que se possa alcançar a virtude moral.

A virtude é algo que se concretiza firmemente mediante a aquisição de bons hábitos, pois o hábito é a base que se relaciona com a educação das emoções e do desejo em busca da virtude. Nessa concepção, Aristóteles afirma com propriedade que o desejo, o prazer e as emoções são educáveis mediante bons hábitos que podem ser adquiridos pelo cultivo desde tenra idade. Porém, para tal educação exige-se racionalidade visando ser capaz de exercer o domínio sobre si mesmo, a fim de que se saiba discernir sobre os meios em razão de um fim que deve ser bom. O desejo necessita se habituar a desejar o que se deve, como se deve e quando se deve, para que o prazer possa ser um bem que esteja acompanhado de uma atividade correta. Aristóteles considera que “é por causa do prazer e do sofrimento que os homens se tornam maus, perseguindo-os e evitando-os perseguindo e evitando os sofrimentos que não devem, ou quando não devem, ou como não devem, ou agindo erradamente de qualquer outra maneira similar passível de classificação lógica” (EN, II, 3, 1105a, 1999, p. 38).

O estagirita especifica que a disposição da alma que escolhe a excelência moral tende a fazer o melhor em relação ao prazer e ao sofrimento, enquanto a que tende para a deficiência moral faz o contrário. Já que não é por natureza que o desejo se estabelece como bom ou ruim, constata-se que desde cedo se faz necessário habituar-se a desejar o que se deve pelo hábito (ethos) de repetidas ações (boas ações). Aristóteles sustenta a tese do hábito para a boa formação do caráter por ser condição necessária para o aprendizado e desenvolvimento da racionalidade em vista da educação moral. Pela educação mediante os bons hábitos um sujeito pode ser capaz de orientar-se para saber como deve agir, a fim de persuadir o desejo para que tenha prazer apenas com o que é correto.

O cerne do processo educativo reside justamente em saber administrar a tensão constante entre prazer e sofrimento, para que desse modo o sujeito não seja dominado pela imediatez do desejo. “Trata-se de aprender a perseguir ou evitar determinados prazeres e sofrimentos, assim como de assimilar o modo adequado de persegui-los ou evitá-los, bem como de evitar agir erradamente de qualquer outro modo” (CENCI, 2012, p. 58). A orientação do desejo se estabelece como fundamental e necessária para que a razão tenha domínio sobre ele, desse modo, ambos encontrem a harmonia diante dessa adequação, que tem como objetivo maior a conquista da virtude moral.

Quando Aristóteles aborda a virtude diante do desejo se preocupa com as ações prazerosas e desprazerosas, pondera que podemos sentir prazer ou desprazer quanto às ações que podem ser certas ou erradas. Avalia que o prazer pode ser bom, pode ser vicioso,

apropriado, inapropriado, exagerado ou insuficiente; por isso, o filósofo demonstra sua preocupação com uma medida que seja assertiva e justa no que concerne ao prazer. Também considera os motivos, a circunstância, as pessoas, o objeto, a ocasião e os meios quando se quer alcançar determinados fins. Dependendo de como as atitudes morais foram engendradas em nós ou adquiridas podem se estabelecer como certas ou erradas. Quando adquiridas por hábitos prévios conseguem ultrapassar as predisposições naturais, porém devem ser corrigidas desde tenra idade mediante exercício correto.

Aristóteles mostra que para que se saiba agir corretamente é necessário construir o caráter mediante bons hábitos, o que exige organização do desejo, a fim de mostrar que as ações boas podem proporcionar prazer, enquanto as más, sofrimento. O filósofo quer que se aprenda a regular a tendência de buscar o prazer e evitar o sofrimento e isso está na base de sua concepção educativa. Esclarece que, “não será pequena a diferença, então, se formarmos os hábitos de uma maneira ou de outra desde nossa infância; ao contrário, ela será muito grande, ou melhor, ela será decisiva” (EN, II, 1, 1103b, 1999, p. 36). Aristóteles defende ser necessário habituar-se adequadamente desde a infância a controlar os desejos e saber administrar prazer e sofrimento. Cenci argumenta que:

aprender a regular a tendência a buscar o prazer e a evitar o sofrimento é algo que se situa na base da própria concepção educativa aristotélica. Se é assim, as escolhas do agente devem orientar-se pela busca do que é correto (o bem), não apenas pelo que é agradável. A escolha não deve orientar-se automaticamente pela busca do prazer e por evitar o que causa dor, mas pela busca do bem, sendo este prazeroso ou não (2012, p.59).

Como observamos acima, deve-se fazer as escolhas orientadas pelo que é correto (o bem), e não somente pelo agradável. Para que o desejo possa ser orientado corretamente, não se enganando com o bem real e o bem aparente, o homem deve ser sábio (bom), pois o vulgar (mau) tende a desejar qualquer coisa. O sábio percebe o que é correto em cada coisa porque se exercitou mediante bons hábitos, o que é decisivo para a formação de um caráter virtuoso. Cenci, em suas considerações, expõe que “o homem sábio (bom), por sua vez, aspira o objeto de desejo verdadeiro (o bem real). Para este, *parecer bom* tem de ser igual *a ser bom*. O homem sábio (*spoudaios*) reúne condições de julgar corretamente as coisas por saber orientar seu desejo” (2012, p. 59).

1.4 A virtude moral e sua relação com a educação

Segundo Aristóteles, as manifestações da alma são formadas por três espécies: emoções, faculdades e disposições. Como emoções o filósofo considera os desejos, o medo, a cólera, a alegria, a amizade, saudade, enfim todos os sentimentos de prazer ou sofrimento (EN, II, 5, 1106a, 1999, p. 40). Já como faculdades inclui as emoções que somos capazes de sentir: ficar encolerizado, sentir pena ou piedade, etc. E as disposições, na concepção aristotélica, são os estados da alma, pelos quais pode-se estar “bem ou mal em relação as emoções”(EN, II, 1105b, 1999, p. 39). A virtude moral tem a ver com as disposições, e essas podem se constituir através dos hábitos que igualmente podem ser escolhidos por nós. Temos por disposições sermos bons ou maus, mas está ao nosso alcance escolher agir bem ou mal. Através das disposições podemos fazer escolhas, e é delas que se origina a virtude moral, enquanto que as faculdades e as emoções já estão vinculadas à nossa natureza. As disposições da alma revelam a maneira como nós nos constituímos e por isso o ser humano é o que pode vir a ser, dependendo de como vai orientar suas disposições e se constituir através da ação.

Logo, as disposições da alma necessitam de boa orientação e é necessário exercício constante para se constituir a prática de bons hábitos. A virtude moral provém do hábito (*ethos*) e para adquiri-lo é preciso exercício e tempo que são auxiliadores do aprendizado para pôr em prática o saber agir bem. O hábito é uma espécie de segunda natureza e, para adquiri-lo, demanda-se exercício constante. Aristóteles entende que toda a apropriação do hábito tem uma dimensão mecânica, mas, também, tomada de consciência, percepção e experiência, ou seja, exercício sistemático que se torna uma atividade permanente. Isso significa que um sujeito deve praticar os bons hábitos desde criança para que consiga, sempre que necessário, colocá-los em prática. Porém, para essa prática, a criança necessita da orientação do adulto que já possui os hábitos consolidados de acordo com a virtude moral. É necessário que haja uma consciência da importância da prática, porque o hábito se adquire agindo, mesmo que às vezes com muito esforço. Nas palavras de Soria, “O hábito originado pela repetição, pelo exercício, engendra uma qualidade de uma natureza, de uma faculdade, pela qual um ato similar é realizado novamente com maior facilidade e menor esforço, tornando-se cada vez mais agradável”¹⁰ (1998, p. 66, tradução nossa). O hábito pode tornar-se algo prazeroso e também uma prática que pode ser realizada facilmente, mas, para que se adquiram bons

¹⁰“El hábito originado por la repetición, por el ejercicio, engendra una cualidad en la naturaleza, en la facultad, por la que se vuelve a realizar un acto similar con mayor facilidad y menos esfuerzo, llegando a ser cada vez más placentero” (1998, p. 66).

hábitos, é importante o exercício permanente que deve ser orientado de maneira certa. Orientar acertadamente o hábito requer disposição para ouvir a razão. Deixar-se orientar por ela, seguindo a prática constante de hábitos corretos, significa ir ao encontro da virtude moral. Porém, não se adquire a virtude sozinho, mas nas relações com outras pessoas; é na ação que se cultiva a virtude moral¹¹.

Os hábitos podem ser escolhidos pelo próprio sujeito, que tem por disposições ser bom ou mau, mas este tem a capacidade de escolher o bem ou o mal. Diante das disposições pode-se escolher e delas resulta a virtude moral, enquanto que as emoções e as faculdades já estão na nossa natureza, porém apenas potencialmente (EN, II, 1, 1103b, 1999, p. 35). A boa coordenação das ações guia o sujeito na direção da virtude, do agir virtuoso e da capacidade de discernimento¹². A razão deve servir de guia para o sujeito discernir diante das escolhas e do desejo, e para consolidar os hábitos, a fim de que se estabeleça a virtude. Desse modo, as ações justas se tornam constantes por terem sido concretizadas pelo hábito. Segundo Samaranch, o hábito:

Traduz-se do grego *hexis*, disposição pronta, modo de ser. A ideia que tenciona e encoraja toda a abordagem aristotélica parece ser que não se trata de qualificar ou valorizar ações e eventos como resultados isolados e ocasionais, mas sobre os sujeitos responsáveis por eles mesmos; e que tal qualificação não é possível desde que as ações do sujeito não sejam constantes e coerentes com o modelo. Só pode ser chamado de << justo >> aquele para quem realizar ações justas é como uma segunda natureza, um modo de ser (SAMARANCH, 1991, p.232, grifos do autor, tradução nossa)¹³.

¹¹As várias formas de excelência moral, aqui também chamadas de virtude moral, são consideradas por Aristóteles, como meios e disposições, “que tendem por sua própria natureza à realização dos atos pelos quais elas são produzidas, que elas estão ao nosso alcance e são voluntárias, e que atuam de acordo com as injunções da reta razão. Mas as ações e disposições não são voluntárias de maneira idêntica, pois somos senhores de nossas ações do princípio ao fim, se conhecemos os fatos particulares, mas embora tenhamos o controle da fase inicial de nossas disposições, a evolução de cada estágio das mesmas é perceptível, tal como acontece nas doenças; mas já que a maneira de agir dependia de nós, as disposições morais são voluntárias” (EN, III, 5, 1115a, 1999, p. 60).

¹² Nos termos aristotélicos o discernimento (*Phronesis*) relaciona-se com as ações humanas e às coisas que se pode deliberar. Uma pessoa dotada de discernimento sabe como e quando deve agir de maneira correta. As pessoas boas podem ser capazes de perceber calculadamente o que há de melhor nas escolhas das ações. “O discernimento se relaciona também com a ação, de tal modo que as pessoas devem possuir ambas as suas formas, ou melhor, mais conhecimento dos fatos particulares do que o conhecimento dos universais. Mas também aqui deve haver alguma faculdade dominante” (EN, VI, 7, 1141b, 1999, p. 119).

¹³ “Traduce el griego *hexis*, disposición adquirida, modo de ser. La idea que tensa y alienta todo el planteamiento aristotélico parece ser lá de que no se trata de cualificar o valorar acciones y hechos como resultados aislados y ocasionales, sino a los sujetos responsables de los mismos; y que tal cualificación no es posible mientras las acciones del sujeto no sean constantes y coherentes con un modelo. Sólo puede ser denominado <<justo>> aquel para quien realizar acciones justas es como una segunda naturaleza, un modo de ser” (SAMARANCH, 1991, p. 232, grifos do autor).

O hábito como um modo de ser que estabelece a virtude qualifica o sujeito para que seja correto, responsável e justo. Depois de adquirido, o hábito se enraíza no sujeito como uma segunda natureza, ou seja, um modo de ser do próprio sujeito. Desse modo, o hábito se constitui não como uma realização mecânica de ações estabelecidas, mas como uma disposição que sabe escolher a atitude correta quando agir. Ao escolher a ação determinada por uma norma racional já constituída pelo hábito, a virtude se concretiza, e, habitualmente, elege a prudência. A virtude, assim, não é dada pela natureza, mas pode ser adquirida pelo exercício do hábito e ser concretizada como uma segunda natureza que estabelece a excelência do caráter. No livro II da *Ética a Nicômacos* (1, 1103b, 1999, p. 35), Aristóteles esclarece que a virtude é produto do hábito e a natureza nos dá a capacidade de adquiri-la através dele: “é evidente, portanto, que nenhuma das várias formas de excelência moral se constitui em nós por natureza, pois nada que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito” (EN, II, 1, 1103b, 1999, p. 35). Consequentemente, a virtude moral é adquirida pela prática, pois segundo o estagirita aprendemos fazendo, “por exemplo, os homens se tornam construtores construindo, e se tornam citaristas tocando cítara; da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos, moderados agindo moderadamente, e corajosos agindo corajosamente” (EN, II, 1, 1103b, 1999, p. 35).

Logo, a virtude necessita de experiência e tempo para ser efetivada, a fim de orientar as disposições para que possamos sentir as emoções, o desejo e o prazer adequadamente. Esse tempo é próprio do processo educativo. Por essa razão, de acordo com Aristóteles, “não somos chamados bons ou maus, nem louvados ou censurados pela simples faculdade de sentir as emoções; ademais, temos as faculdades por natureza, mas não é por natureza que somos bons ou maus” (EN, II, 5, 1106a, 1999, p. 40). Para alcançar a virtude moral, o homem precisa estar atento às disposições, ou seja, aos hábitos, pois “à respeito das emoções diz-se que somos movidos, mas a respeito da excelência e da eficiência e da deficiência moral não se diz que somos movidos, e sim dispostos de certa maneira” (EN, II, 5, 1106a, 40). Portanto, é necessário estar atentos às emoções que nem sempre dependem de nossa escolha, porque somos movidos por elas, enquanto que no que se refere às excelências ou deficiências morais somos dispostos de certa maneira. Quase sempre somos louvados pela excelência moral e censurados pela falta dela, por isso é importante a orientação ética para guiar nossas ações e educar nossas emoções, o desejo e o prazer.

De acordo com Aristóteles, a virtude possui um meio que é louvado e certo; quando se trata das emoções e das ações, o excesso erra e o defeito é censurado. O louvável é o que

acerta a medida adequada, e assim torna-se elemento integrante da excelência, pois “ela é um meio termo entre duas formas de deficiência moral, uma pressupondo excesso e outra pressupondo falta” (EN, II, 1, 1104b, 1999, p. 37). A característica da virtude consiste em visar as situações intermediárias nas emoções e nas ações: “as ações somente serão virtuosas se o agente as adquiriu adequadamente pelo hábito, isto é, se foi educado por e para elas” (CENCI, 2012, p. 50).

A virtude moral, quando orientada pelo hábito, preza pelo meio termo (justa medida), ou seja, por ficar distante das extremidades, praticando nem o que é demais, nem o que é muito pouco, pois a excelência moral se vincula com as emoções e ações, e nelas existe excesso, falta e meio termo (EN, II, 6, 1106b, 1999, p. 41), como já vimos. O excesso é uma forma de erro, da mesma maneira a falta, e o meio termo é um acerto louvável e, por isso, este está de acordo com as características da virtude moral. Deste modo, para atingir o meio termo é preciso saber agir bem e evitar os extremos; porém atingir o meio termo pode ser excessivamente difícil, pois pode implicar escolher o menor dos males, mas, argumenta Aristóteles, “devemos estar atentos aos erros para os quais nós mesmos nos inclinamos mais facilmente, pois algumas pessoas tendem para uns e outras para outros; descubri-los-emos mediante a observação do prazer ou do sofrimento que experimentamos” (EN, II, 9, 1109b, 1999, p. 46).

Aristóteles considera que existem três espécies de disposições morais, sendo que duas são deficiências morais, que implicam excesso e falta, e uma é a virtude moral ou meio termo; cada uma é contrária a situações extremas. A excelência moral visa situações intermediárias nas emoções e nas ações, e agir bem pode ser raro, louvável e nobilitante, porque quem visa ao meio termo deve primeiro evitar os extremos. É preciso ficar atento aos erros que podem nos inclinar mais facilmente, e nos afastarmos, para nos precavermos contra o que é agradável e prazeroso e, assim, sermos capazes de atingir o meio termo. Este é determinado pela razão, ou seja, pelo homem dotado de discernimento. Desse modo, a virtude moral “é algo como a equidistância [sic], pois como já vimos, seu alvo é o meio termo” (EN, II, 6, 1106b, 1999, p. 41).

Para Aristóteles, nossas disposições naturais, sem o comando da razão, podem ser nocivas quando se relacionam com prazer e sofrimento, e nos induzir ao erro por distorcer a visão das coisas. Porém, quando a reta razão, pautada de discernimento, for acionada, conserva a virtude moral. Conforme Aristóteles, “a excelência moral não é apenas a disposição consentânea com a reta razão; ela é a disposição em que está presente a reta razão,

e o discernimento é a reta razão relativa à conduta” (EN, VI, 13, 1144b, 1999, p. 126). O discernimento pode ser capaz de manter o homem sensato. Segundo o filósofo, “o discernimento determina o objetivo e a excelência moral nos faz praticar as ações que levam ao objetivo determinado” (EN, VI, 13, 1145a, 1999, p. 127). Desse modo, percebe-se que as disposições morais, guiadas pela razão, resultam em ações virtuosas e, por isso, sabem fazer escolhas bem direcionadas e desejar um fim bom. Por conseguinte, a definição é:

[...] a excelência moral, então, é uma disposição da alma relacionada com a escolha de ações e emoções, disposição esta consistente num meio termo (o meio termo relativo a nós) determinado pela razão (a razão graças à qual um homem dotado de discernimento o determinaria). Trata-se de um estado intermediário, porque nas várias formas de deficiência moral há falta ou excesso do que é conveniente tanto nas emoções quanto nas ações, enquanto a excelência moral encontra e prefere o meio termo (EN, II, 6, 1107a, 1999, p. 42).

A excelência moral possui um meio que é louvado e certo, quando se trata das emoções e das ações. O louvável é o que acerta a medida adequada, e assim torna-se elemento integrante da excelência, “e que ela é um meio termo entre duas formas de deficiência moral, uma pressupondo excesso e outra pressupondo falta” (EN, II, 1, 1104b, 1999, p. 37), pois a característica da excelência consiste em visar as situações intermediárias nas emoções e nas ações. Estas podem estar corretas quando previamente foram orientadas pelos bons hábitos adquiridos pela disposição de caráter que adequadamente seguiu as orientações da razão.

Quanto às disposições de caráter existem duas viciosas, uma por excesso e outra por deficiência e uma terceira, que é a da excelência moral, ocupa a posição intermediária e se opõe às posições extremas. Por essa razão, em certas situações não é fácil escolher o menor dos males, razão pela qual deve-se evitar sobretudo o que parece ser agradável e prazeroso (EN, II, 9, 1109b, 1999, p. 46). Para que as falhas de caráter possam ser evitadas, a fim de alcançarmos as possibilidades para atingir o meio termo, deve-se estabelecer um limite à extensão tolerável do desvio. É necessário saber escolher e para fazer a escolha acertada é fundamental evitar os extremos. “Mas não é fácil determinar racionalmente até onde e em que medida uma pessoa pode desviar-se antes de tornar-se censurável [...]; tais coisas dependem de circunstâncias específicas, e a decisão depende da percepção” (EN, II, 9, 1109b, 1999, p. 47).

A escolha certa, que evita os extremos, necessita igualmente acertar a medida adequada orientada pela razão, formada por bons hábitos, para que a escolha seja sensata. Ainda com o hábito estabelecido não se pode dizer seguramente que o sujeito se estabelece

com uma virtude plena, “pois para Aristóteles o decisivo não são os hábitos, mas seu exercício, e o exercício correto; ao lado da disposição de caráter apropriada, a *phronesis*, exige também a capacidade de julgar corretamente a situação, transformando-a numa ação correta” (WOLF, 2010, p. 75). Quem sabe julgar corretamente uma situação é possuidor de virtude porque sabe deliberar racionalmente, mesmo frente a uma afecção forte. O meio termo nesse quesito se refere a ter certa distância reflexiva em relação às afecções para que se permita a obediência à razão diante da ação. Quando a ação consegue atingir o meio termo ela assegura o que Aristóteles considera a *eudaimonia*¹⁴ do sujeito. O exercício da vida ética deve gerar alegria, pois o desprazer, mesmo quando adequado, acarreta prejuízo à *eudaimonia*. Percebe-se que o meio termo, guiado pela constituição do hábito, torna o exercício da vida ética um modo de ser. Ela incide num modo de ser que consiste em um meio termo determinado pela razão, com capacidade de discernimento. Referente ao meio termo, Camps discorre que:

o que é certo ou adequado, em termos aristotélicos, é sempre colocado no << meio termo>>, é a virtude, com moderação, que foge dos extremos. Assim, o virtuoso seleciona e sabe escolher o caminho moderado, não fica muito apaixonado, mas também não é apaixonado. Quem fornece o critério de moderação? Sem dúvida, o cálculo racional que vem em auxílio de sentimentos que podem transbordar e levar a pessoa a perder o controle sobre si mesma, mas esse cálculo não será mais necessário quando o comportamento virtuoso e moderado se tornar hábito. Então, acabará se tornando rotina o que, em princípio, foi feito com esforço. E sendo um hábito, a virtude volta a pertencer ao sentimento: a pessoa é compassiva porque se acostumou a ela, porque *sente* que deve ser assim (CAMPS, 2011, p.46, grifos da autora, tradução nossa)¹⁵.

¹⁴ Para entender a *eudaimonia* ou o bem viver segundo Aristóteles, se faz necessário conhecer os tipos de vida; os prazeres, honrarias, a vida política, a vida dedicada à riqueza e a contemplativa. Entre estes deve haver um ponto de equilíbrio que conduz ao bem ou a felicidade. O ponto de equilíbrio para o bem viver é dosar a medida certa, não colocando o ideal direcionado em algo específico, por exemplo, concentrar-se na riqueza e esquecer que uma vida bem vivida precisa de cuidados em todos os aspectos que a envolve. O bem viver é viver plenamente de forma cultivada para conquistar uma vida bem vivida. Se realiza de forma comunitária, necessita de um direcionamento consciente e permanente para a vida ativa e contemplativa, dedicada as atividades ligada à *polis*, demanda tempo e espaço para cultivo de si, demanda equilíbrio entre os diferentes tipos de bens (corpo, externos e da alma), com primazia aos bens da alma. É um modo e vida mais elevado. É integrador dos diferentes modelos parciais específicos de vida exaltados pela maioria das pessoas e integrador dos diferentes tipos de bens. É um bem último, não relativo ou em vista a outra coisa. Constitui uma existência completa, sem perder de vista a condição humana, e necessita ser levada a diante em consonância com a razão. Deve-se levar uma existência isenta de vicissitudes e saber enfrentá-la com dignidade. Tal modo de vida é objeto da ciência política e tem uma tripla dimensão: ética e política e é estudado a partir de uma tripla dimensão: econômica, ética, e política. A *eudaimonia* é associada a uma concepção de ser humano integral e de vida valiosa (CENCI, A. V. *Traços Fundamentais da Eudaimonia na Ética a Nicômacos*. Paper trabalhado no curso de filosofia da UPF em Ética I).

¹⁵ Lo correcto o adecuado, en términos aristotélicos, se sitúa siempre em <<el término médio>>, en él está la virtude, en la moderación que huye de los extremos. Así, el virtuoso selecciona y sabe escoger la vía moderada, no se apasiona em exceso, pero tampoco es des-apasionado. ¿Quién le proporciona el critério de la moderación? Sin duda, el cálculo racional que acude en ayuda de unos sentimientos que pueden desbordarse y llevar a la persona a perder el control sobre sí misma, pero ese cálculo dejará de ser necesario cuando el comportamiento

Aristóteles considera o meio termo uma escolha virtuosa, um cálculo racional que vem em auxílio dos sentimentos que podem transbordar e fazer a pessoa perder o controle sobre si. O homem virtuoso sabe agir corretamente porque tem controle sobre si mesmo e o hábito já se tornou rotina em sua vida. Por essa razão, sabe controlar o desejo e agir bem. Desse modo, o hábito necessita se estabelecer de maneira que sinta adequadamente alegria e dor e que se realize as ações corretas com prazer e as más com desprazer.

A ética aristotélica considera que a prática do bom hábito é a maneira mais adequada de ir ao encontro da virtude moral, e o meio termo assegura sua preservação para que não aconteça de ser destruída pelo excesso e pela deficiência. A virtude se concretiza pela escolha mediana, que se encontra entre dois extremos e que deve ser estabelecida pelo agente. Este também deve saber avaliar diferentemente situações distintas. O ponto aqui é ter clareza de que a média determinada para uma pessoa pode ser diferente para outra, pois Aristóteles ressalta que, “por meio termo em relação a nós’ quero significar aquilo que não é demais nem muito pouco, e isto não é único nem o mesmo para todos” (EN, II, 5, 1106b, 41). O filósofo entende que em qualquer circunstância o meio termo deve estar orientado pela reta razão, pois a virtude moral deve ser capaz de fazer boas escolhas, com o desejo correto, e estabelecer um ajuste entre o que a razão estabelece e o que o desejo quer. Segundo Cenci a reta razão “está associada ao bom funcionamento da inteligência prática, que é a parte racional da alma encarregada de orientar as coisas variáveis e intervir nas escolhas do agente”. (2012, p. 51).

As escolhas nos direcionam tanto para o bem, como para o mal; por isso ter discernimento para agir certo requer, de igual modo, direcionar o desejo de maneira que esteja de acordo com a reta razão. Seguindo tal orientação, a moderação se estabelece no sujeito tornando-o sábio para decidir e escolher diante das manifestações da alma. Aristóteles considera que o desejo precisa ser orientado para que se possa discernir corretamente o fim, e escolher corretamente os meios para agir, pois o sujeito virtuoso faz escolhas bem direcionadas tendo um fim bom. Outro aspecto importante que se deve levar em conta, é estar atento ao governo das emoções e do desejo, pois é algo que implica diretamente a construção de um caráter virtuoso, e saber equilibrar a vida para conseguir atingir o meio termo é a

virtuoso y moderado se haya hecho hábito. Entonces, se acabará convirtiendo em rutina lo que, en principio, se hizo com esfuerzo. Y al ser un hábito, la virtud vuelve a pertenecer al sentimiento: uno es compasivo porque se há acostumbrado a serlo, porque *siente* que debe se así (CAMPS, 2011, p. 46, grifos da autora).

maneira mais segura para se chegar à excelência moral. Como já constatamos, o excesso e a falta são características da deficiência moral, ao passo que o meio termo é a característica da virtude moral, que se concretiza por ter sido exercitada mediante bons hábitos adquiridos previamente. Entretanto a mediania não depende somente do sujeito, mas das circunstâncias diante da ação. “Aristóteles quer mostrar que cada média é determinada em função das circunstâncias nas quais se produz a ação” (ZINGANO, 2007, p. 157). Ele considera que a ação bem deliberada é praticada pelo homem prudente, pois este sabe deliberar para obter os fins bons e adequados, em vista da virtude.

A virtude moral tem como base as emoções e essas devem ser bem orientadas. Para isso acontecer, a educação bem desenvolvida desde tenra idade desempenha um papel central. Tem uma importância decisiva o hábito como principal forma de educar um indivíduo para que se habitue desde cedo a apreciar as coisas certas, e rejeitar as coisas erradas, e assim tenha o domínio sobre os próprios impulsos. O domínio dos impulsos, quando se torna um hábito, se converte em algo natural e se estabelece como uma segunda natureza, pois foi originado pela repetição, por exercício e se tornou uma qualidade que ajuda a realizar as ações com mais facilidade e menos esforço. Essa qualidade ajuda o homem a constituir a virtude moral.

A virtude moral é uma disposição que faz uma pessoa ser boa, desempenhando bem sua função. Assim, “as várias formas de excelência moral são certos modos de escolha ou envolvem escolha” (EN, II, 5, 1106a, 1999, p. 40). As disposições podem ser orientadas ou educadas para que se saiba administrar a vida diante das circunstâncias que se apresentam, sabendo agir bem quando é preciso se relacionar com o prazer e o sofrimento. É preciso uma certa prudência¹⁶ e controle dos anseios quando se está diante de fatos da vida, e o governo das emoções, adquirido através do hábito, é fundamental para que haja um equilíbrio das mesmas pois, como já vimos, as disposições são os estados da alma que podem nos deixar bem ou mal em relação às emoções.

¹⁶ Segundo Berti (2014, p.77), quando se refere à prudência, especifica que ela “é uma virtude que supõe outras virtudes: é uma virtude dianoética que supõe a posse das virtudes éticas”.

2 A EDUCAÇÃO DAS EMOÇÕES, DO DESEJO E DO PRAZER

Abordar a educação das emoções e do desejo na *Ética a Nicômacos* remete a explorar as concepções de Aristóteles quando trata do agir virtuoso, da ação educativa, do hábito de bem desejar, do desejo reto, da razão, do bem em si, da escolha deliberada e da racionalidade. A busca da virtude (*areté*) deve ser um processo permanente na vida do ser humano. Por essa razão, é necessário ao agente um esforço feito através de bons hábitos para aprender a agir bem. Para tanto, se faz necessário habituar-se desde cedo a governar as emoções e orientar os desejos através da razão. É importante ressaltar que antes da maturidade o hábito decorre dos valores estabelecidos, dos exemplos e conselhos oriundos dos adultos.

O tema que segue, mostra que os registros do filósofo apontam para a necessidade de harmonizar as emoções, o desejo e o prazer com as virtudes morais, pela moderação que pode ser administrada com a perseverança de hábitos adquiridos, desde tenra idade, e, mediados pela razão. As ações baseadas na moderação tornam possível o agir virtuoso e, desse modo, a percepção para identificar quando um agente pode ser virtuoso. Agir virtuosamente supõe ter domínio sobre as emoções, o desejo e o prazer, e para isso, é imprescindível a correta orientação por hábitos que devem ser cultivados constantemente.

Em consequência, educar o desejo é um propósito que deve ser almejado desde cedo, no início da formação moral, para que o hábito possa ser enraizado fortemente, pois tal orientação vai constituir a virtude. Por essa razão, o virtuoso é capaz de perceber a diferença entre o prazeroso e o penoso, e a disciplina estabelecida com os bons hábitos governa o apetite e o impulso; age de acordo com suas escolhas e não é cego perante suas emoções.

Diante de tais considerações, o capítulo tem como escopo mostrar como a educação das emoções, do desejo e do prazer pode se concretizar quando guiada por hábitos orientados através da razão. Segue-se, primeiramente, discorrendo sobre como as emoções podem se articular com o agir virtuoso. Para esclarecer a problemática demonstra-se que a ação educativa, quando bem concretizada pela adequação de bons hábitos, se enraíza no sujeito de modo a educar suas emoções, o desejo e o prazer, para que saiba agir corretamente. A razão atua no comando do desejo com a finalidade de educar pelo hábito de bem desejar, tendo como prioridade o desejo reto que deseja o bem em si mesmo. Por fim, pretende-se expor que o desejo, as escolhas e a racionalidade devem estar em harmonia, a fim de estabelecer um

direcionamento consciente para não se tornar escravo dos instintos e pulsões da alma. A educação através do hábito é fundamental para perpetuar o direcionamento correto das ações.

2.1 As emoções e o agir virtuoso

Quando Aristóteles trata das emoções na *Ética a Nicômacos*, livro II, esclarece que a excelência moral é uma disposição da alma relacionada com ações e emoções e consiste no meio termo relativo a nós, que é determinado pela reta razão (discernimento). Nem toda a ação ou emoção admite um meio termo, a exemplo do que ocorre com a imprudência, a inveja, o roubo, o adultério ou assassinato e outras ações semelhantes. Não é possível “esperar que em ações injustas, covardes e libidinosas houvesse um meio termo, um excesso e uma falta, pois seria preciso admitir a existência de um meio termo de excesso e de falta, de um excesso de excesso, e de uma falta de falta” (EN, II, 6, 1107a, 1999, p. 42). Porém, quando as ações são praticadas de forma moderada e orientadas pela razão, as emoções se tornam aperfeiçoadas através da educação estabelecida pelo hábito.

As emoções podem ser aperfeiçoadas através da educação, e os sentimentos podem ser deliberados e escolhidos por algum tipo de ação. A teoria aristotélica distingue dois fatos: o de ser afetado por uma emoção e o de agir por uma emoção, ou seja, pode-se pensar involuntariamente, mas quando se age por emoção tal agir implica responsabilidade do sujeito. Uma emoção pode ser capaz de caracterizar uma deficiência na ação e colocar em risco sua qualidade, porque pode paralisar a capacidade de orientar a ação. A capacidade de orientar o agir de um sujeito pode ficar paralisada quando é possuído por um acesso de cólera, porque o *pathos* sobrepõe-se ao *logos*; assim, parece existir uma motivação deficiente ou uma incapacidade de orientar a ação. Por isso, a importância de educar corretamente as emoções pela adequação do hábito orientado pela razão. Uma vez as emoções educadas, se estabelecem como força e instrumento que impulsiona a ação virtuosa. Elege assim, uma reação emotiva adequada diante das ações por saber sentir as emoções corretamente (NUSSBAUM, 2003, p. 131).

Logo, as emoções não podem ser discernidas por elas mesmas, motivo pelo qual é necessária a razão para vigiá-las e orientá-las. O ser humano, dotado de razão, pode ser sensível para admirar o admirável e repudiar o que não é bom. Pode aprender a ter comportamentos íntegros, justos, nobres, valiosos; pode ter a capacidade de agir corretamente para saber o que deve e o que não deve fazer. Porém, essa capacidade é algo inacabável

porque diz respeito a um aprendizado que necessita estar constantemente sendo avaliado e refletido diante das diferentes situações que se apresentam no cotidiano para que se saiba agir certo. Ainda que as emoções possam ser permanentemente vigiadas, ao mesmo tempo necessitam de um longo período para que possam ser orientadas corretamente, pois do contrário, não podem ser conduzidas adequadamente. Segundo Hutchinson, “o problema com as emoções é que elas não são facilmente controladas pelo raciocínio. [...] As emoções precisam ser controladas de uma outra maneira, a qual é ser treinado por um longo período de tempo, preferencialmente desde muito jovem” (2009, p. 276). Aristóteles enfatiza a necessidade de educar as emoções desde tenra idade através da prática de bons hábitos que devem ser cultivados permanentemente. Deste modo, a educação das emoções pode se efetivar pelo raciocínio que as governa por terem sido habituadas a ouvir a razão desde cedo. Ouvindo o raciocínio correto, as emoções podem se habituar a agir corretamente seguindo uma mediana que integra a virtude.

Contudo, agir certo demanda determinar corretamente a afecção experienciada, seguindo uma mediania que predispõe a uma disposição virtuosa a respeito das emoções, que não evita em certos casos experimentá-las, mas experimentá-las de maneira adequada. Por isso, a virtude precisa ser, em qualquer caso, o princípio da ação, também um modo de sentir. Segundo o estagirita, as pessoas não são censuradas ou elogiadas em relação ao *pathos*, mas sim pela disposição a ele, porque se deve ter um certo domínio sobre o modo como se é afetado pelo *pathos*. Aristóteles esclarece que as afecções podem estar acompanhadas de apetites e desejos e se relacionam com o prazer ou o desprazer, e ainda outras coisas que podem estar acompanhadas dos mesmos, podendo ser sentimentos ou mesmo outras atividades. Hutchinson explana que, “somos compostos de uma parte racional e uma parte irracional, e o verdadeiro caráter moral consiste em ter os elementos irracionais sob o domínio dos elementos racionais” (2009, p. 275). Por isso, é importante conhecer as manifestações de tais elementos para saber como as emoções se manifestam na alma e, assim, saber entendê-las e educá-las.

É necessário entender as diferentes manifestações das emoções, a fim de procurar conhecer o estado emocional das pessoas visando saber como suas emoções agem em determinadas circunstâncias. Entre as variadas emoções inclui-se a ira, a amizade, o ódio, o desprezo, a vergonha, a inveja e outras já citadas, as quais, diante do outro, podem aborrecer ou ainda ser proveitosas no meio social.

Quem quer estar de acordo com as virtudes deve procurar habituar-se ao uso adequado das emoções, ou seja, deve saber educá-las. Nas considerações de Zingano “o homem virtuoso não deve procurar a extirpar suas emoções, como se a virtude fosse uma ausência de emoções, uma *apatheia*, como queriam os estóicos, mas, ao contrário, tomando-os como elementos indispensáveis à vida humana”. (2007, p.143). Deve-se buscar a justa medida no controle das emoções, pois ela é a maneira mais sensata para que uma ação possa estar adequada ao ponto de vista moral. A justa medida provém da razão e, mesmo que as emoções estejam ligadas à parte irracional da alma, a razão deve tomar controle para prevalecer, restringindo as emoções, pois:

as emoções ou paixões estariam sempre presente, mas a título de resto. Como a razão prática, para Aristóteles, não pode operar a não ser que existam previamente as disposições morais, isto é, paixões ou emoções moderadas pelo hábito e pelo exercício, estes restos estarão forçosamente presentes para que então possa operar a razão; visto que estão presentes sob a forma de caracteres fixos do agente moral (dito de outro modo: a título de disposições morais), parece difícil ver que função a razão pode ter que não seja o cálculo pela eficácia dos meios para obter um fim, sem poder determinar ou dirigir a ação, em sentido próprio, ao contrário, estando sempre subordinado às paixões ou emoções (ZINGANO, 2007, p. 146).

As emoções se ajustam bem no sujeito moral que é capaz de frear os movimentos irracionais para seguir a razão no tocante as suas ações. Estas, as ações, geralmente estão acompanhadas de prazer e dor e ligadas às emoções. O exercício adquirido pelo hábito pode ser capaz de lidar bem com as emoções, ou seja, educá-las, por ter se acostumado a usar a razão com eficácia no comando das ações.

Porém, existe a possibilidade de que, quem vive para exaltar seus prazeres (o homem perverso) não esteja disposto a compreender e escutar o conselho moral, pois suas emoções se tornam surdas por não obedecer à razão. Parece que quando uma emoção toma conta, pode existir uma cegueira que impede o raciocínio porque o sujeito não tem domínio sobre si mesmo, uma vez que é pelo exercício e o cultivo constante do hábito que se efetivará o domínio das emoções. As emoções inadequadas (a ira, a raiva, etc) necessitam ser controladas para que não sejam obstáculos que causem desvio da virtude e para que também não sejam a causa da perda de controle do indivíduo sobre si mesmo. Pelo fato de as emoções nem sempre serem corretas, necessitam ser educadas para o exercício que visualize o reconhecimento do que é correto para prevalecer uma vida virtuosa. Segundo Nussbaum, “uma vez educados, não

são essenciais simplesmente como forças motrizes da ação virtuosa: são também, [...] exercícios de reconhecimento da verdade e do valor"¹⁷ (2003, p. 131, tradução nossa).

As emoções também podem ser consideradas disposições mentais que interferem no modo de agir. Quando relacionadas com os desejos se desenvolvem como disposições que proporcionam uma direção para agir. As emoções podem ser equivocadas, e, por isso, muitas vezes podem ser enganosas, ou seja, os sentimentos podem enganar quando não são pensados e refletidos com o raciocínio. Quando um sujeito se apaixona, por exemplo, tende a não perceber os defeitos da pessoa amada, só percebe a perfeição. Nesse caso, a emoção ou sentimento do momento não lhe permite identificar a realidade, pois vive a fantasia de algo perfeito porque a emoção domina a razão. Camps cita o exemplo de uma pessoa que está apaixonada por outra e discorre que “a paixão amorosa se baseia na crença de que a pessoa amada tem tudo, se pode confiar nela, é atrativa, é interessante e bonita, então você quer que essa crença não seja frustrada, mas pelo contrário reforçar o contato com a pessoa amada”¹⁸ (2011, p.28, tradução nossa).

As emoções, como disposições que resultam em atitudes para agir, podem conduzir o sujeito a cometer erros quando se sobressaem à realidade e obedecem cegamente ao desejo. As emoções, muitas vezes estão arraigadas a seguir o desejo, e então podem ser enganosas e destrutivas. Logo, quando prevalecem as emoções errôneas, os desígnios almejados podem não se realizar, e, assim sendo, os desejos se tornam fracassados. Para evitar tais frustrações se faz necessário ter a sabedoria para educar as emoções, de modo a orientá-las corretamente, pois, quando se deixa as emoções prevalecer aos seus próprios desejos, posteriormente encontram dificuldade para render-se à razão. Para que o caráter possa ser constituído firmemente deve ser moldado previamente com hábitos que possam estar de acordo com a virtude moral. Segundo Aristóteles:

as pessoas que vivem ao sabor de suas próprias emoções não ouvem as palavras que podem persuadi-las, e se as ouvem não as entendem; e como podemos persuadir as pessoas em tal estado a mudar de caminho? E de um modo geral as emoções parecem ceder não à palavra, mas à força. O caráter, portanto, deve de algum modo estar previamente provido de alguma afinidade com a excelência moral, amando o que é nobilitante e detestando o que é aviltante (EN, X, 9, 1179b, 1999, p. 207).

¹⁷ “Una vez educadas, no son esenciales simplemente como fuerzas impulsoras de la acción virtuosa: son también, [...] ejercicios de reconocimiento de la verdad y el valor” (NUSSBAUM, 2003, p. 131).

¹⁸ “la pasión amorosa se basa en la creencia de que la persona amada lo tiene todo, se puede confiar en ella, es atractiva, es interesante y guapa, por lo que uno desea que esa creencia no se frustre, sino, al contrario, se refuerse por el contacto con la persona querida” (CAMPS, 2011, p.28).

O raciocínio pode ser capaz de bem conduzir as emoções e desejos quando esses se apresentam de modo irracional e podem ser aperfeiçoados desde cedo pelo cultivo do hábito, que concretiza a virtude moral. Através de um caráter firme, que aprende pelo hábito a desgostar do que é aviltante e gostar do que é nobilitante, as emoções cedem ao comando da razão e se estabelecem como moderadas. A moderação, segundo Aristóteles, pode ser a maneira inteligente de garantir um bom governo de si, pois a virtude exige equilíbrio para desejar as coisas adequadas a cada situação. Para a moderação ser adquirida e enraizada no sujeito se faz indispensável uma educação moral que o oriente desde cedo (tenra idade, segundo Aristóteles) a fazer distinções apropriadas e também saber escolher o desejo apropriado. “A exposição que Aristóteles faz sobre a virtude e a moderação, que se ocupa do bom governo dos apetites corporais [...], demonstra que, em sua opinião, a repressão não é a única maneira de fazer um apetite se comportar bem”¹⁹ (NUSSBAUM, 2003, p. 115, tradução nossa). Faz-se necessário, portanto, um autocontrole que se pode adquirir através de um processo inteligente que necessita ser construído com persistência, desde criança, através do hábito. Nussbaum (2003) afirma que as emoções necessitam de um equilíbrio para que se saiba quando algo ou quando um momento pode ser adequado ou inadequado perante uma circunstância. Toda a circunstância necessita de uma avaliação ponderada para que se saiba a maneira correta de agir. A justa medida pode ser capaz de avaliar as circunstâncias e evitar ações errôneas, e assim ir ao encontro da virtude moral.

Quando Aristóteles discorre sobre emoção e virtude no livro II da *Ética a Nicômacos* esclarece que a virtude é uma disposição em relação às emoções, mas a virtude não é uma emoção, porém ela não acontece sem emoções. Ela pode ser então uma justa medida entre dois extremos, evitando a falta e o excesso para ficar distante dos vícios e encontrar a maneira correta perante a escolha deliberada. A escolha deliberada se estabelece no cerne das virtudes e no interior das emoções quando se avalia e se escolhe a medida certa, orientado pela razão, para o que se faz ou se deixa de fazer. Ao deliberar se estabelecem quais são as ações e os meios necessários para alcançar um fim determinado. Aristóteles considera que através do desejo raciocinado pode-se analisar o bem real e o bem aparente em busca de um fim bom.

¹⁹ “La exposición que Aristóteles hace de la virtud de la moderación, que se ocupa del buen gobierno de los apetitos corporales [...], demuestra que, en su opinión, la represión no es la única manera de hacer que un apetito se comporte bien” (Nussbaum, 2003, p. 115).

O estagirita indica que o que está disponível são os meios, e através deles pode-se chegar a um fim virtuoso. O sujeito virtuoso consegue identificar os fins bons, por ter cultivado bons hábitos. O filósofo esclarece que “em relação à maioria das coisas o erro é aparentemente devido ao prazer, pois este parece um bem, embora não o seja. Por isso escolhemos o agradável como um bem e evitamos o sofrimento como um mal” (EN, III, 4, 1113b, 1999, p. 56). Aristóteles entende que as emoções devem ser bem orientadas, pois somos responsáveis por boa medida das mesmas, e nossas ações dependem de como orientamos nossas emoções. Depois de sedimentado um modo de ser, é difícil revertê-lo, porque o acúmulo das escolhas se enraíza dentro de nós como uma segunda natureza. Os meios que adotamos estão ao nosso alcance e através deles é o que cada um se torna; assim, saber o que é a virtude não é suficiente, se faz necessário sua prática. Se deseja-se os fins, deve-se preocupar-se com os meios, porque o sujeito deve se preocupar com o que cada situação pede. As ações que se originam no agente, dependem dele e do seu agir, pois o sujeito é responsável pelo próprio agir.

Cenci destaca que, “o agir virtuoso pressupõe três aspectos em Aristóteles: a) agir conscientemente; b) agir deliberadamente; c) agir baseado em uma disposição moral firme e imutável” (2002, p. 22). Estes aspectos são fundamentais diante das escolhas deliberadas racionalmente, pois os atos virtuosos pressupõem escolhas que definem os meios para alcançar os fins. A escolha remete a um ato consciente que responsabiliza moralmente o homem por suas ações, que devem ser executadas de maneira determinada, com conhecimento prático para saber avaliar em que circunstâncias se está agindo. Aristóteles considera importante saber analisar o agir humano diante de determinadas situações, pois o que permite avaliar se o sujeito agiu bem ou não, em alguns casos, são as circunstâncias.

O sujeito que age consciente, deliberadamente e com disposição moral firme pode ser capaz de examinar que um bem aparente pode não ser o bem real, porque o bem não pode ser relativo; existe uma tensão entre ser bom e parecer ser bom. Por isso, um sujeito sábio deve saber discernir entre um bem real e um bem aparente. Delibera-se e deseja-se meios e para isso deve-se desenvolver a capacidade de discernir para saber administrar os meios para chegar ao fim. Tal capacidade pode se firmar no sujeito que adquiriu bons hábitos desde cedo, e, por isso, sabe discernir e administrar os meios para efetivar um fim bom.

Falar em discernir faz lembrar que Aristóteles considera que a *phrónesis*²⁰ é um conhecimento que diz respeito à sabedoria prática e se identifica com a reta razão, oportunizando que o homem tome consciência para que não seja submisso às suas pulsões e emoções. O pensamento necessita estar correto para que se saiba ter uma orientação correta para os desejos e as escolhas e, assim, exercitar a prática de boas ações ou ações bem orientadas. O filósofo considera a *phrónesis* uma qualidade racional que leva às ações corretas relacionadas com as coisas boas ou más (EN, VI, 5, 1140, p. 117). O homem dotado de excelência para o discernimento é capaz de deliberar bem para saber escolher racionalmente o que é melhor para as pessoas em relação às coisas que efetivamente pode se alcançar diante de uma ação. O homem prudente é capaz de discernir sobre o que é bom para si mesmo e para os outros. Para Aristóteles “as pessoas boas de um modo geral são as capazes de visar calculadamente ao que há de melhor para as criaturas humanas nas coisas passíveis de ser atingidas mediante a ação” (EN, VI, 7, 1141b, 1999, p. 119).

Na *phrónesis*, a compreensão é feita pelo conhecimento dos meios, não do fim, porque percebe-se o bem no sentido amplo, ou seja, para todos, enquanto o fim não é objeto de deliberação. O sujeito capaz de discernimento sabe e tem a capacidade de lidar com os meios para agir, escolher e deliberar, levando em consideração as circunstâncias. É necessário analisar casos individuais e, para isso, é importante que exista uma sensibilidade ao administrar uma situação. Também a temperança se faz necessária para que se tenha capacidade de deliberar retamente com os meios em vista de um fim bom. Não agindo desse modo não seria *phrónesis*, mas astúcia, e não adiantaria, e de nada valeria deliberar bem se o fim não for bom. A *phrónesis* não é eficiente sem a virtude moral e, por essa razão, o homem virtuoso precisa saber discernir com clareza para buscar um fim correto através dos meios certos. O momento da escolha, com discernimento, exercita a capacidade irracional da alma para permitir que seja dirigida pela parte racional, que é capaz de governar as emoções, o desejo e o prazer.

²⁰ Para Aristóteles, a *Phrónesis* é uma sabedoria prática que conduz ao exercício do agir ético, visando melhorar a ação do homem. Ela diz respeito às ações relacionadas com as coisas boas ou más para os homens. Sua natureza concerne ao homem dotado de discernimento, ou seja, que é capaz de deliberar bem, de perceber racionalmente o que é melhor para os homens em relação às coisas que podem ser alcançadas mediante a ação. A *phrónesis* está relacionada à parte racional da alma. Seu caráter prático instrui para um conhecimento de casos individuais ou particulares com certo conhecimento universal, para aplicar o geral no particular. Ela só possui eficácia aliada à virtude moral, que busca o fim certo, pois ela leva a recorrer aos meios certos para alcançar o fim certo. Para Aristóteles, “o discernimento deve ser então uma qualidade racional que leva à verdade no tocante às ações relacionadas com os bens humanos” (EN, VI, 5, 1140b, p.117).

Algumas vezes o agente pode não ter condições de ver um fim bom, pode enganar-se; porém, se o sujeito é virtuoso tende a fazer as escolhas bem direcionadas tendo tal fim em vista. Os desejos precisam ser educados para discernir corretamente o fim e escolher corretamente os meios para que não aconteça de tomar o bem aparente pelo bem real. Pelo fato do homem ser o princípio das suas ações, a origem da ação não está fora dele, mas nele. Aristóteles raciocina que “o homem é a origem de suas próprias ações e se não somos capazes de relacionar nossa conduta a quaisquer outras origens que não sejam as que estão dentro de nós mesmos, então as ações cujas origens estão em nós devem também depender de nós e ser voluntárias” (EN, III, 4,1113b, 1999, p. 56).

Aristóteles assinala que se o sujeito não tem capacidade de discernir, seu caráter é tortuoso e foi constituído assim porque o adquiriu pela prática de ações, ou seja, não cultivou bons hábitos. É preciso esforço na prática para alcançar a virtude moral, pois o homem é a origem de suas escolhas e a deliberação é tomada acerca das coisas feitas pelo próprio agente. Em certos casos o agente, por ignorância, pode não ter o domínio pleno dos atos, pois, dependendo das circunstâncias, não tinha condições de discernir. O que permite dizer se um sujeito agiu bem ou não é a leitura adequada das circunstâncias.

Para Aristóteles é necessário se constituir através da ação para ser virtuoso e saber agir virtuosamente com capacidade de discernir para tornar o caráter elogiável. O caráter é elogiável pelas ações que causa. Tanto a virtude quanto o vício dependem do sujeito, sendo ele mesmo responsável pelas disposições que desenvolve. “As várias formas de excelência moral [...] são meios e são disposições, que tendem por sua própria natureza à realização dos atos pelos quais elas são produzidas, que elas estão ao nosso alcance e são voluntárias, e que atuam de acordo com as injunções da reta razão” (EN, III, 5, 1114b, 1999, p. 59).

A razão pode ser capaz de agir no interior das emoções porque de certa maneira está estabelecida no mesmo e sabe reconhecer a forma inteligível para efetivar as ações. O reconhecimento acontece através da ação conjunta de razão e sensação na medida em que “a razão aperfeiçoa a apreensão cognitiva que começou com a sensação” (ZINGANO, 2007, p 159). A razão busca aperfeiçoar-se para guiar o desejo e operar em seu cerne, pois assim ela não se tona escrava das emoções. “Segundo Aristóteles, na medida em que ocorre uma apreensão das razões, uma diferença se produz na maneira de agir, pois o agente age agora em função do que reconhece como razoável,” (ZINGANO, 2007, p. 159); pode, por essa razão, frear o desejo e ajustar o que se apresentou no princípio da deliberação. Desse modo, a ação foi pensada pelos meios de deliberar, escolher e decidir, para alcançar o fim.

O desejo necessita ser bem orientado porque somos responsáveis por nossas ações e uma vida bem vivida vai depender de como as orientamos. Para Aristóteles, a vida pode ser bem vivida ou não dependendo das escolhas e da direção do desejo. Aprender a discernir e orientar o desejo também é produto da educação, que pode ser adquirida com mais eficácia através da prática de bons hábitos desde tenra idade. “Quando Aristóteles considera que o hábito é o meio de formar precocemente o caráter, evoca um acostumar-se doce e progressivo, e não uma repetição mecânica e forçada” (VERGNIÈRES, 1998, p.87). O acostumar-se progressivamente concretiza um modo de ser solidificado que pode permanecer para a vida toda quando os hábitos adquiridos são cultivados permanentemente.

Aristóteles ainda ressalta que saber o que é a virtude, conquistada através dos bons hábitos, não é suficiente, é necessário praticá-la através das ações. Estas estão em conformidade com as virtudes quando as disposições da alma seguem as orientações para que os atos sejam realizados com reflexão e responsabilidade, a fim de que as emoções irrefletidas não sobressaiam à razão. A vida virtuosa depende das escolhas corretas e do direcionamento das emoções, do desejo e do prazer.

A formação dos hábitos, pensada com a virtude moral, é de grande valor para examinar a relação entre, emoções, desejo, prazer e educação. Aristóteles mostra que o hábito é uma forma valiosa para educar e cultivar a virtude de um sujeito, “já que somos senhores de cada ação e dado que as disposições se criam com base na repetição de atos em uma mesma direção, em certa medida somos responsáveis de nossas próprias disposições” (ZINGANO, 2007, p. 163). Tais disposições podem se caracterizar em nós como uma segunda natureza, servindo para educar as emoções e o desejo, e assim, orientar a formação do caráter.

O caráter se constitui pelas ações que necessitam ser desenvolvidas de maneira predeterminada e orientada de forma consciente. Elas só serão virtuosas quando adquiridas adequadamente pelo cultivo do hábito. Para orientar a aquisição da prática de bons hábitos é fundamental uma disposição adequada para conduzir o agir, e desenvolver um modo estável que conduza o homem para ir ao encontro da virtude moral, ou seja, a boa formação do caráter. O hábito, quando adquirido para agir de maneira ética, atualiza a experiência do agir virtuoso. Ele ajuda a educar as emoções pelo agir racional. Consequentemente, para ter domínio sobre as emoções, o hábito em Aristóteles se caracteriza como um elemento indispensável e, nesse caso, auxilia a alcançar a virtude moral.

2.2 A educação do desejo

2.2.1 A razão e o desejo

Como já mencionamos no primeiro capítulo, conhecer a alma se faz importante para poder entender seus movimentos. O desejo e o raciocínio prático são capazes de fazer o movimento para o objeto desejável, pois se o objeto desejável se move, o raciocínio igualmente se move por o desejável ser seu princípio. Do mesmo modo, a imaginação, quando se move, move-se pelo desejo; o que faz mover o intelecto é o desejável, movendo o raciocínio e a vontade, “mas o desejo move deixando de lado o raciocínio, pois o apetite é um tipo de desejo. Intelecto, então, é sempre correto; ao passo que o desejo e a imaginação, ora corretos, ora não corretos” (De anima, III, 9, 433a4, 2012, p. 125).

O desejável sempre se move, podendo ser para o bem ou o bem aparente. Os desejos podem ser contrários uns aos outros e por isso o intelecto ordena resistir em vista do futuro, porém o apetite ordena agir pelo imediato que parece bom. O desejo não tem capacidade deliberativa, mas em algumas vezes vence a vontade e em outras não. Assim, “o que faz mover seria de uma única espécie: a capacidade de desejar enquanto tal – e antes de tudo o desejável que, mesmo não estando em movimento, move por ser pensado ou imaginado -, embora as coisas que fazem mover sejam mais numerosas” (De anima, III, 10, 433b19, 2012, p. 125).

O pensar parece ser referente a algo que nos afeta. Quem tem a capacidade de pensar, pensa as formas (imagens) e através das imagens pode deliberar sobre as coisas vindouras. O pensamento e a imaginação podem nos pôr em movimento se eles mesmos forem postos em movimento por um objeto de desejo: “a vontade ou desejo racional, que deseja o bem; ou o apetite ou desejo irracional, que deseja o bem aparente. [...] A vontade tem por desejo o bem futuro, enquanto o apetite reporta-se ao prazer presente confundido com o prazer absoluto e com o bem absoluto” (ROSS, 1987, p. 153). O desejo²¹ é a causa do movimento. A imaginação pode ser deliberativa e tem uma função importante para o intelecto. Ela é intermediária da sensação e da razão, ligando-se com a memória. O pensamento se relaciona

²¹ Segundo Ross (1987, p. 153), “o desejo pressupõe a imaginação do bem ou o prazer a ser atingido – a imaginação, que pode ser calculativa (isto é, deliberativa) ou meramente sensitiva. No último caso, o animal age sobre as vagas <<imaginações>> desde o momento em que estas lhe surgem (e, neste sentido, também os animais inferiores possuem imaginação e desejo). No primeiro caso, os bens imaginados são medidos por contraste uns com os outros. Existem três possibilidades: 1) A acção irracional proveniente do apetite; 2) a vitória alternada do apetite sobre a vontade e desta sobre o apetite (isto é, incontinência); 3) a acção proveniente do desejo <<naturalmente superior>>, a saber, a vontade”.

com a imaginação quando pensa nas formas. Mesmo que o pensamento não constitua uma imagem, pensa-se por imagens, que é uma ocorrência mental, igual a uma sensação. O desejo e o movimento do corpo são efeitos secundários da sensação. Já o pensamento é uma forma inteligível e tem por natureza uma capacidade que é independente do corpo.

Quando existe o conflito entre desejo e razão é necessário que haja uma força da forma inteligível que resista ao desejo e prevaleça a razão para que haja um consenso para o saber agir bem. O intelecto manda resistir ao desejo imediato e considerar o futuro, enquanto o apetite quer satisfazer o imediato. Soria (1998) discorre que Aristóteles considera que o ser humano tem como aliada a inteligência e os sentidos e pode raciocinar e escolher. Faz-se necessário saber discernir para escolher entre um bem imediato e um bem futuro. É importante conhecer o bem futuro para que se possa resistir a um bem imediato. O que pode ser incoerente é quando o sujeito tem o conhecimento sobre como agir, mas é intemperante, pois se deixa envolver pelo apetite e não usa o que sabe. Nesse caso, deixar-se levar por uma emoção equivale a não agir com a razão e a não utilizar a capacidade de um raciocínio prático, ou seja, abandonar a “escolha em consequência [sic] de emoções e contrariamente à reta razão” (EN, VII, 8, 1999, 1151b, p. 143).

O autodomínio, ou domínio de si, possibilita a obediência ao comando da razão. As disposições para o que é sensato e corajoso é o que possibilita escutar e obedecer a razão. Assim, é possível dizer que no corpo é compreensível perceber os deslocamentos que contrariam a vontade; porém, na alma não é possível detectar esses movimentos, porque nela pode existir uma incapacidade que resiste à razão, isto é, existe uma dimensão da alma que pode tomar conta da razão, a parte irracional. Aristóteles assinala que não podemos “duvidar que haja na alma um elemento além da razão, resistindo e opondo-se a ela, embora o sentido em que ele ou ela se distinguem um do outro não faça diferença para nós” (EN, I, 13, 1102b, 1999, p. 32). Mesmo que este elemento (irracional) possa participar da razão, quando presente nas pessoas dotadas de continência ele é obediente à razão, e ainda mais fiel nas pessoas moderadas e valorosas, porque estabelece um diálogo com a razão através dos bons hábitos adquiridos.

Enquanto o elemento vegetativo não participa da razão, o elemento apetitivo é ouvido e obedecido na medida em que o elemento irracional pode ser persuadido pela razão. Assim, “aquilo que é dotado de razão (tanto quanto o que não é) será dúplice, e uma das suas subdivisões participa da razão no sentido próprio e em si, enquanto a outra terá uma tendência para obedecer no sentido em que se obedece a um pai” (EN, I, 13, 1103a, 1999, p. 33).

Deixar-se simplesmente levar por uma emoção equivale a não agir com a razão e não usar o raciocínio prático. Não obedecer ao comando da razão implica consequências que podem refletir na vida muito negativamente e causar aborrecimentos que poderiam ser evitados. Porém, o elemento irracional da alma, quando conduzido pelo racional, pode agir coerentemente ordenando os impulsos.

Aristóteles considera que as funções vegetativas e sensitivas da alma se ligam preponderantemente ao elemento irracional dela. Porém, este elemento pode ser conduzido pela razão, muitas vezes resistindo e outras opondo-se a ela. Se um indivíduo estiver dotado de continência, obedece à razão. Uma ação é impulsionada pelo desejo, e este almeja um fim e, se a razão falha, a ação é comandada pelo desejo, podendo haver um conflito entre razão e desejo. Quando um indivíduo é capaz de ter controle sobre seus impulsos ou desejo, deixando-se guiar pela razão, pode ser capaz de ter um autodomínio sobre si mesmo, sabendo dosar o desejo e as emoções da alma, tornando-se virtuoso e adquirindo excelência moral. O virtuoso educou seu desejo e é dotado de continência, por isso conhece suas emoções e consegue governá-las. Segundo Aristóteles, “a pessoa incontinente, sabendo que age mal, age em decorrência de suas emoções, enquanto a pessoa dotada de continência, se sabe que seus desejos são maus, recusa-se a segui-los graças a razão” (EN, VII, 1, 1146a, 1999, p. 130).

A virtude da alma é encontrada no sujeito que é moderado e que tem, pois, disposição de espírito louvável e que é capaz de saber lidar com as adversidades que surgem. O sujeito moderado sabe fazer uso da razão por ter estabelecido hábitos corretos. Fazendo uso da razão, o homem dotado de continência saberá educar seu desejo e suas emoções e será considerado virtuoso. A alma irracional apetitiva é híbrida, pois nela existem pulsões e estas devem ser controladas com certa dose de racionalidade para se chegar a excelência de caráter. O conhecimento das circunstâncias, dos fatos e da sabedoria prática sempre se configura como forma da ação, e esta, a ação, necessita ser comandada pela razão.

2.2.2 O desejo reto e o bem em si

Para haver um desejo reto se faz importante estar de acordo com a razão, estar disposto a apreender o bem, ou seja, ter disposição de caráter visando apreender o bem, bem desejar, desejar retamente e desejar o bem em todas as ações. Desse modo, pode-se dizer que quando existe uma boa disposição, há também uma obediência para o desejo estar de acordo com a razão. Quando o desejo é educado ele está apto a fazer o que se deve lhe parecendo

prazeroso. Educado o desejo, a ação virtuosa se constitui como um bem, pois não teve como prioridade o prazer que poderia proporcionar, mas sim o bem em si.

A ação deve ser prazerosa por ser virtuosa, pois o prazer não pode ser visto como critério para a valoração da ação. Perante a ação deve prevalecer o bem, e o bem deve ser considerado por ele mesmo e não por ser um bem especificamente para quem o realiza objetivando apenas o prazer. De acordo com Aggio, “Há um bem em si e um bem para mim: um não reduz o outro. A ação virtuosa é em si mesma boa, mas para que ela seja objeto de meu desejo, ela deve ser um bem para mim por ela ser virtuosa e não por ser prazerosa” (2011, p. 104). O bem em si deseja o fim último da ação por si mesma e não por outra coisa. Aristóteles afirma que:

Se há somente um bem final, este será o que estamos procurando, e se há mais de um, o mais final dos bens será o que estamos procurando, e se há mais de um, o mais final dos bens será o que estamos procurando. Chamamos aquilo que é mais digno de ser perseguido em si mais final que aquilo que é digno de ser perseguido por causa de outra coisa, e aquilo que nunca é desejável por causa de outra coisa chamamos de mais final que as coisas desejáveis tanto em si quanto por causa de outra coisa, e portanto chamamos absolutamente final aquilo que é sempre desejável em si, e nunca por causa de algo mais (EN, I, 7, 1097b, 1999, p. 23).

O estagirita considera que se existe um fim almejado em todas as coisas que se faz e este fim deve ser o bem a ser atingido mediante a ação. Desse modo, o bem se assemelha àquilo que é digno de ser almejado por si mesmo e não por alguma outra finalidade. Por isso, o desejo correto deve ser orientado seguindo de uma ação virtuosa. Aristóteles considera que os desejos bons necessitam estar em conformidade com a reta razão, pois os desejos irracionais devem se submeter à racionalidade visando o agir bem. Destarte o objeto de desejo deve estar em conformidade com a razão, harmonizando o apetite e querer. Mesmo que algo seja desejado, tem-se a opção de não o escolher. O desejo não provém de uma escolha deliberada, porém pode-se fazer uma avaliação de forma racional, porque somente a razão tem a capacidade de avaliar se a atividade é boa ou não. Nesse sentido, apetite e querer devem estabelecer uma harmonia em vista do bem, ou seja, da ação boa. A reta razão que harmoniza apetite e querer se estabelece pela efetivação de hábitos permanentes que educam visando saber desejar bem. Conforme Aggio, “a aquisição da boa disposição é condição para o desejo ouvir a razão. Uma vez tendo sido educado, o desejo necessariamente passa a perseguir o que se deve e isto também lhe aparece como prazeroso” (2011, p. 104).

A busca incessante pelo prazer pode tornar o sujeito intemperante; por esta razão os apetites necessitam ser moderados e estabelecerem um entendimento com a razão. Desse modo, o desejo torna-se disciplinado, pois o apetite se submete à razão. Quando a razão não governa os apetites, eles crescem rapidamente e o desejo do que é agradável se torna mais forte. Se a irracionalidade prevalece, o desejo por prazer se torna insaciável. O desejo incontrolável destrói a capacidade de raciocinar, “por isto eles devem ser poucos e moderados, e não devem de forma alguma opor-se à razão” (EN, III, 12, 1119b, 1999, p. 69). A educação do desejo pela razão estabelece a moderação que fornece a aptidão para saber o que se deve desejar, como e quando se deve desejar. Assim sendo, o desejo correto deseja conforme a orientação da racionalidade, pois segundo Aggio:

à razão não cabe criar os próprios desejos, mas que o desejo pode desejar o que dita a razão e ser aprovado pela deliberação, portanto, escolhido. Desse modo, afirmamos haver a possibilidade de desejar corretamente, o que significa dizer que o desejo, enquanto próprio da parte não racional da alma, pode participar da racionalidade. Ou seja, ele é capaz de ser educado, de passar a ter prazer com o que a razão lhe diz que é preciso ter. (AGGIO, 2011, p.139).

Quando a razão administra os desejos, os prazeres não são almeçados além do que se deve, ou seja, do que não é correto desejar, porque se tem a percepção do que é bom ou ruim. Nesse sentido, a educação do desejo dá ao sujeito a capacidade de saber escolher a constituição do fim da ação. Perante a escolha deve-se partir pelo desejo e depois se analisam os meios para saber se deve-se ou não agir. Assim, após a escolha dos meios já se pode saber como realizar certo fim em vista do bem. Aggio esclarece que “a responsabilidade moral incide exclusivamente na escolha por realizar ou não um desejo e de forma alguma na própria atividade de desejar, no próprio ato de desejar isto e não aquilo outro” (2011, p. 131). Diante das escolhas, uma pessoa é responsável por suas disposições e pelo seu agir, mesmo que o desejo não esteja em seu poder; porém, em razão de a escolha estar em poder do agente, a responsabilidade é inteiramente sua por ter a capacidade de poder educar o desejo.

A educação do desejo é necessária e apropriada desde o início da formação moral da criança pela orientação de um adulto que pode propor à criança hábitos que disciplinem o desejo e a ajudem a agir corretamente. Desse modo, desde cedo o hábito vai se enraizando a fim de tornar o desejo educado. Na vida adulta, e, apropriado da razão, o adulto tem ele próprio a capacidade de educar o seu desejo.

Educar moralmente o desejo significa manter o hábito de ter prazer com o que se deve, submeter o desejo à avaliação da razão e estabelecer um entendimento entre desejo e razão para determinar o fim da ação. Tais elementos asseguram a possibilidade de alcançar a virtude. Por isso, para constituir a virtude moral é necessário perseguir o hábito de desejar de acordo com a reta razão, ou seja, com o bem para sentir prazer com o que se deve, a fim de harmonizar o desejo com a razão. Desejar conforme o bem e o bom julgamento é alcançar a virtude porque se deseja o bom e o belo. Aggio (2011, 141), enfatiza que “uma vez de posse da razão, o agente pode corrigir o seu caráter através da mudança de hábitos, o que implica no conhecimento de si. Isto porque, tendo bons hábitos e conhecendo a si próprio, o adulto pode educar seus próprios desejos”. E podendo educar o desejo, se torna virtuoso por saber desejar o que se deve. Portanto, é possível conquistar a virtude quando o desejo é educado pela razão que incute bons hábitos. Porém, se faz importante esclarecer que para conquistar a virtude é necessário persistência e tempo para poder bem cultivar os bons hábitos, e assim também o desejo pode ser educado do mesmo modo.

Aristóteles alude que “a alma de quem aprende deve primeiro ser cultivada por meio de hábitos que induzam quem aprende a gostar e a desgostar acertadamente, à semelhança da terra que deve nutrir a semente” (EN, X, 9, 1179b, 1999, p. 207). Aprender a gostar acertadamente supõe uma orientação correta através da racionalidade, pois a razão orienta os bons hábitos de modo que é capaz de compreender sobre o que é correto, justo e belo; sobre os meios adequados e os fins bons. Assim sendo, o virtuoso é capacitado para deliberar para desejar um fim bom, e para que o fim seja bom ele escolhe os melhores meios para alcançar os fins almejados. E para que os fins bons sejam alcançados deve prevalecer a educação do desejo, orientado pela razão, pois a virtude se estabelece pela realização de bons desejos, e por sentir o desejo, o prazer e as emoções em conformidade com a razão. Aggio expõe que, “para nos tornarmos virtuosos, temos tanto que inculcar o hábito de desejar o que se deve, o que significa ter prazer e dor com o que se deve, como também sabermos escolher deliberadamente os melhores meios para realizar o fim desejado” (2011, p. 139).

A educação do desejo assume um papel importante por proporcionar o autoconhecimento que instrui o agir. Como já se constatou, a razão é capaz de educar o desejo pelos bons hábitos e assim saber escolher os meios para que o fim no agir seja bom. O desejo torna-se correto pela educação moral, por saber escolher as boas ações, porque quando o desejo é educado a virtude moral é exaltada e já se compreendeu o sentido moral em vista da decisão sábia. Assim como a virtude moral não é engendrada em nós por natureza, o desejo

também não tem a capacidade para orientar-se naturalmente. A educação do desejo se apresenta como essencial para que a razão adquira a capacidade de escolher bem e aprender o que deve ser feito quando agir, ou seja, orientar o desejo a ter prazer com o que se deve.

Assim sendo, o desejo educado habitua-se a desejar o que se deve. E por adquirir o hábito de desejar bem, ao desejar, desejam-se as boas ações por ter aprendido a desejar corretamente. O hábito de bem desejar torna a pessoa boa, pois a abstém das práticas injustas ou más, por ter se exercitado ao longo da vida a cultivar a virtude. Aristóteles avalia que “uma pessoa para ser boa deve ser bem exercitada e habituada, e deve continuar ao longo da vida em ocupações conformes à excelência moral, abstendo-se da prática voluntária ou involuntária das más ações” (EN, X, 9, 1180b, 1999, p. 208).

2.2.3 O desejo e a ação educativa

O desejo, quando bem orientado, configura sujeitos moderados, que ocupam uma posição intermediária em relação aos objetos de desejo, aprovam os bons desejos e desaprovam os desejos inconvenientes ou maus desejos. Por sua vez, os moderados, ao sofrer, sofrem moderadamente, “e não mais do que devem, nem quando não devem e assim por diante; mas as pessoas moderadas desejarão moderadamente, como devem” (EN, III, 11, 1119a, 1999, p. 69), desejam coisas agradáveis que visam um fim bom, porque estão de acordo com a reta razão. O contrário ocorre com os concupiscentes,²² que anseiam por tudo o que é agradável a todo o custo e, ainda, sofrem quando não atingem seus desejos, sofrendo mais do que devem, pois são extremamente excessivos em relação aos prazeres. Segundo Aristóteles, “a moderação e a concupiscência, contudo, relacionam-se com a espécie de prazeres que os outros animais também sentem, e por isso parecem servis e bestiais; tais prazeres são os do tato e do paladar” (EN, III, 10, 1118a, 1999, p. 66).

O filósofo considera que os prazeres para serem bem orientados necessitam ser comandados pela razão para que a escolha do desejo seja correta e alcance a excelência. As várias formas de excelência moral se relacionam com as emoções e ações que são

²² “A concupiscência parece uma disposição mais voluntária que a covardia; a primeira, com efeito, é motivada pelo prazer, e a última pelo sofrimento, e destes dois um é objeto de nossa escolha e o outro de nossa repulsa; além disso, o sofrimento transtorna e aniquila a pessoa que o sente, enquanto o prazer não ocasiona qualquer coisa deste tipo. Logo, a concupiscência é mais voluntária, e por isso é também mais reprovável; também é mais fácil acostumar-nos a resistir às tentações do prazer, porquanto as coisas que causam prazer são muito mais frequentes na vida, e o processo de habituar-nos a ele é livre de perigos, enquanto acontece o contrário com as coisas que atemorizam” (EN, III, 12, 1119b, 1999, p. 68).

acompanhadas de prazer e sofrimento. É por causa do prazer e do sofrimento que o homem pode tornar-se mau, quando persegue ou evita prazeres e sofrimentos. Dependendo da maneira como os homens agem, podem agir de maneira errada. “A simpatia do prazer pode enganar, pode evitar ver as coisas como elas são. Se o prazer é um bem em si mesmo, parece ser escolhido porque o agradável é escolhido como um bem e a dor é evitada como um mal”²³ (SORIA, 1998, p. 64, tradução nossa). O ser humano tem uma tendência desde cedo para buscar o prazer, que nasce com ele arraigado em sua vida. Segundo Aristóteles, é difícil livrar-se dessa compulsão. Nossas ações podem ter grande influência das nossas emoções ou do desejo, pois pode-se lutar contra o prazer, ainda que seja mais difícil lutar contra a cólera. “Logo, também por esta razão toda a preocupação, tanto da excelência moral como da ciência política, é com o prazer e com o sofrimento, porquanto o homem que os usa bem é bom, e o que os usa mal é mau” (EN, II, 3, 1105a, 1999, p. 38).

O homem virtuoso sabe agir com prazer porque age bem, e, por agir assim, sente prazer ao realizar a ação boa. O prazer na boa ação é o próprio sinal de quem possui uma disposição virtuosa, pois sabe julgar corretamente. Desse modo, o prazer em agir bem é que estabelece a virtude, e por sentir prazer em agir bem, mesmo que tal ação implique em dor, é que se percebe o sinal da virtude. Quem está dotado de virtude é capaz de suportar a dor e evitar o prazer que deve evitar, pois prefere o que é bom, belo e correto. Deve-se evitar o prazer ruim com o propósito de praticar a ação boa. O desejo não consegue distinguir se o objeto de desejo é bom ou ruim, essa avaliação deve ser feita pela razão. O sujeito é bom quando busca corretamente o prazer, de maneira moderada.

Cenci observa que “o homem bom se diferencia dos outros por ter aprendido a perceber o que é correto em cada coisa e se constitui como norma e medida em relação às coisas” (2012, p.59). O homem bom sabe orientar seus desejos porque sabe julgar corretamente as coisas, por ter se habituado desde cedo a agir corretamente. Sabe também que o prazer não pode ser considerado o fim da ação virtuosa, pois a boa ação acompanha o prazer moderado. A ação deve ser pensada com o propósito de ser boa porque deve-se desejar a ação virtuosa em vista dela mesma e não pelo prazer que pode proporcionar. O bem, eticamente, deve ser realizado não porque nos dá prazer, mas porque é correto e necessário mesmo que não desse prazer, porém para Aristóteles o virtuoso sente prazer em fazer o que é correto.

²³ “La simpatía del placer puede engañar, puede impedir ver las cosas como son. Sin ser el placer un bien en si mismo, lo parece y se elige porque se escoge lo agradable como un bien y se evita el dolor como un mal” (SORIA, 1998, p. 64).

A condição da ação educativa se relaciona diretamente com a questão de saber administrar corretamente o desejo, e assim formar o caráter, pois a virtude ética se forma através de hábitos. Aristóteles considera que cultivar o caráter mediante bons hábitos é uma tarefa que exige esforço e persistência, por isso a educação do desejo pode ser orientada pela busca do que é correto e não apenas pelo o que é agradável diante das escolhas. Na leitura de Cenci “a escolha não deve orientar-se automaticamente pela busca do prazer e por evitar o que causa dor, mas pela busca do bem, sendo este prazeroso ou não” (2012, p.59).

Na busca do bem em Aristóteles se faz necessário orientar corretamente o desejo para não confundir um bem real com um bem aparente²⁴. O homem perverso tem a tendência a desejar qualquer coisa, enquanto o sábio tem como objeto de desejo um bem real. Desse modo, “o homem bom se diferencia dos outros por ter aprendido a perceber o que é correto em cada coisa e se constitui como norma e medida em relação às coisas” (CENCI, p. 59, 2012). A adequação de bons hábitos adquiridos desde cedo pode tornar um homem bom porque aprendeu a gostar e desgostar das coisas, gostando do certo e desgostando do errado. Aristóteles julga esses critérios importantes para a formação moral de um indivíduo para que seja capaz de governar-se a si mesmo e guiar-se por valores adequados a uma vida harmoniosa. Sendo assim, o desejo necessita ser conduzido corretamente para controlar as emoções e aperfeiçoar as ações a fim de que nossos atos possam ser nobres. “A tarefa da educação ética, entretanto, não está em nos fazer realizar atos nobres, ainda que nossos desejos nos levem na direção das coisas más, mas antes, está em reorganizar nossos desejos, de modo a termos prazer ao realizar atos nobres e dor ao realizar maus atos” (LEAR, 2006, p. 251).

O prazer, quando adequado às coisas certas, ajuda as pessoas a se dedicarem com discernimento e mais precisão às suas atividades. Assim, quem educa pode orientar o educando a habituar-se na prática de ações virtuosas para que adquira condições que façam abolir o sofrimento para dar lugar ao prazer na prática das ações. O prazer diante da ação pode ser um meio que na educação completa o hábito e ajuda na aquisição da virtude moral. Quando algo é realizado com satisfação, encontra-se facilidade em fazê-lo, desaparecendo o

²⁴ Segundo Aristóteles “as aspirações [desejos EB] têm em vista os fins; algumas pessoas pensam que aspiramos ao bem real, outras que aspiramos ao bem aparente a cada um de nós. As pessoas que dizem que o bem real é o objeto das aspirações [desejos EB] devem admitir concomitantemente que aquilo a que aspira um homem que não escolhe corretamente não é um objeto de aspiração [desejo EB] (se o fosse, também poderia ser bom, mas pode acontecer que seja mau); entretanto, as que dizem que o bem aparente é objeto de aspiração [desejo EB] devem admitir que não há um objeto natural de aspiração [desejo EB], mas somente o que parece bom a cada homem. Mas coisas diferentes parecem boas a pessoas diferentes e, sendo este caso, mesmo coisas contrárias podem parecer boas a pessoas diferentes” (EN, III, 4, 1113b, 1999, p. 56).

que muitas vezes pode parecer como algo difícil ou sofrido. Quando adquirida essa disposição na prática das ações, o hábito se estabelece como um elemento construído e enraizado no sujeito e se torna permanente. “Aristóteles acredita que isso faria com que o agir mal aparecesse ao sujeito como pouco atraente, contrário à razão e desagradável em sua realização” (CENCI, 2012, p. 61).

Quando o hábito de agir bem se enraíza, a razão se estabelece para perceber o que realmente é desagradável e inadequado. O prazer diante das atividades se constitui como algo que impulsiona o agir humano e pode se caracterizar como um elemento eficaz para a ação educativa que leva o sujeito ao encontro da excelência moral. Para Aristóteles, “a excelência moral está relacionada com o prazer e o sofrimento, e que ela é exalçada pelas ações nas quais sobressai, e que, se as ações são praticadas de maneira diferente, ela é destruída, e também que os atos nos quais ela sobressai são aqueles os quais ela se realizou plenamente” (EN, II, 3, 1105a, 1999, p. 38).

Os atos e ações, quando planejadas de forma racional, orientam a vida para alcançar uma educação adequada, que forma hábitos e desenvolve a razão. As potencialidades que provêm da natureza e que já estão no homem podem ser desenvolvidas pelo comando da razão que orienta a aquisição do hábito. O homem nasce com a capacidade de adquirir virtudes, porém necessita de persistência e bons hábitos que podem ser praticados com prazer. Nas palavras de Cenci “o ideal de homem e de educação de Aristóteles sustenta-se no (...) mencionado princípio de que a vida humana, para ser virtuosa, precisa ser exercitada em bons hábitos, e estes têm de ser acompanhados pelo prazer” (2012, p. 64). Nesse sentido a virtude, quando adquirida pelos hábitos, se torna amadurecida e prazerosa, pois se efetivou através de aprendizado constante adquirido pelas vivências. É pela prática que se adquire a virtude, pois ela não é inata, é um processo longo que demanda exercício. Por isso, a importância que Aristóteles avulta de que os hábitos para serem corretos necessitam ser cultivados desde criança, a fim de oportunizar a formação de um caráter virtuoso. Cenci destaca que “o cultivo dos hábitos assume primazia no processo educativo justamente por levar o sujeito a aprender a distinguir e a preferir o que é correto em relação ao que não é. O que distinguirá o homem virtuoso serão justamente os hábitos enraizados no seu caráter” (2012, p. 65).

O homem virtuoso adquiriu as virtudes, estados estáveis da alma, por tê-las cultivado mediante bons hábitos e essa capacidade torna-o capaz de tomar decisões certas para agir. Os estados da alma formam o caráter e motivam o agir. Conforme Lear “não pensamos comumente o caráter como desejo organizado, mas o caráter nos motiva mesmo a agir de

determinados modos; e no mundo de Aristóteles, o desejo é a única força motivadora para a ação humana” (2006, p. 246). O desejo nos move a agir, porém os desejos da alma são bem orientados quando organizados pelos hábitos e a disposição da alma pode ser suscetível de melhora quando age guiada pelo desejo bem orientado. Segundo Hutchinson, “as virtudes morais são hábitos consolidados de caráter que se expressam na resposta emocional correta. O que é a resposta emocional correta? É o que a razão diz que deve ser” (2009, p. 275).

O controle das emoções e do desejo é algo que implica diretamente a construção de um caráter virtuoso, e por isso, saber equilibrar a vida mediante bons hábitos é a maneira mais segura para se chegar a excelência moral. Esta tem como base as emoções e essas devem ser bem orientadas. Para isso acontecer, a educação bem desenvolvida desde tenra idade desempenha um papel central. Tem uma importância decisiva o hábito como principal forma de educar um indivíduo para que se habitue desde cedo a apreciar as coisas certas, e rejeitar as coisas erradas, desenvolvendo assim o domínio sobre os próprios impulsos. “Na visão de Aristóteles, os hábitos não somente instilam uma disposição para se engajar num determinado tipo de comportamento, como também instilam uma sensibilidade para saber agir em várias circunstâncias” (LEAR, 2006, p. 248). O homem dotado de sensibilidade pode ser capaz de perceber a maneira certa para agir mediante circunstâncias diferentes. É capaz de ter atitudes equilibradas que sejam justas e moderadas. A virtude dota a existência do homem para que saiba julgar os bons e os maus fins. Para uma existência completa é essencial priorizar um modo de vida equilibrado que cultive a alma mediante a virtude, já que esta se liga diretamente à ação educativa.

Algo importante para a ação educativa e a formação moral de um indivíduo é considerar que ele deve ser capaz de governar a si mesmo e guiar-se por valores adequados a uma vida harmoniosa. Estas potencialidades podem ser exploradas pelo hábito. Na concepção de Cenci, “o hábito e a razão podem desenvolver as potencialidades que são dadas pela natureza própria do homem” (2012 p.64). Este traz desde o nascimento potencialidades que podem ser desenvolvidas e harmonizadas de modo correto quando guiadas pela razão e pelos hábitos.

As virtudes podem ser concretizadas mediante a aquisição de hábitos e a educação das emoções e do desejo. As emoções quase sempre estão intrinsecamente relacionadas ao desejo e às escolhas. Por isso, deve-se ter atenção ao agir para que o comando da razão esteja presente educando as emoções e orientando o desejo, pois quando o sujeito se habitua a agir corretamente é capaz de discernir de forma sensata. A ação educativa, quando bem

concretizada pela razão, se estabelece no sujeito com postura duradoura capaz de conduzir bem as escolhas diante das situações que se apresentam. O homem como ser vulnerável está condicionado a vivenciar situações conflitantes consigo mesmo e com os semelhantes. Para saber agir ante as complexidades da vida é primordial ter domínio sobre as emoções, e isso leva o homem a estar constantemente atento às pulsões da alma. A atenção e o cultivo permanente dos hábitos adquiridos desde a infância conduzem às boas ações e, conseqüentemente, educam as emoções e concretizam o agir virtuoso. E, nesse sentido, capacitam as pessoas a administrar bem a própria vida.

2.2.4 O desejo, a escolha deliberada e a racionalidade

Se for possível escolher deliberadamente, temos ciência de que a ação está no poder de quem escolhe, já “o desejo não é absolutamente racional, nem irracional, mas pode ser dito não racional por ser desprovido, ele próprio, de razão, ou pode ser dito racional na medida em que participa da razão; afinal, o desejo pode participar da razão ao ouvi-la e obedecê-la” (AGGIO, 2011, p. 134). A escolha deliberada escolhe o fim após investigar os meios possíveis e corretos para realizar a ação, destarte que decidiu e optou por algo bom que pode ser realizado por meios bons. O desejo foi submetido a uma avaliação para que pudesse ser deliberado, tendo em vista o fim. “sendo os fins, então, aquilo a que nos aspiramos, e os meios aquilo sobre o que deliberamos e que escolhemos, as ações relativas aos meios devem estar de acordo com a escolha e ser voluntárias” (EN, III, 5, 1115a, 1999, p.60). O homem é capaz de escolher, e a origem de suas escolhas está no próprio homem, isto é, a capacidade de escolher está nele próprio, as ações dependem dele e, portanto, são voluntárias.

Somos responsáveis por nossas escolhas e ainda que não se possa escolher o que desejar, ainda assim é possível mudar a maneira de como desejar para poder moldar o caráter²⁵. Existe a condição de frear os desejos ou mudá-los de direção, através de um controle estabelecido pela razão, com vistas a controlar o modo de desejar, estabelecendo uma harmonia com a razão. Esta, a razão, é capaz de interferir no modo de desejar com a finalidade de educar o desejo e este pode educar-se adequadamente pela adaptação de bons hábitos. Segundo Aggio, “é por meio do hábito que a razão penetra no desejo educando-o.

²⁵ Aristóteles referindo-se ao caráter observa o seguinte: “o caráter, portanto, deve de algum modo estar previamente provido de alguma afinidade com a excelência moral, amando o que é nobilitante e detestando o que é aviltante (EN, X, 9, 1179).

Visto que é a disposição adquirida por hábito que põe o fim e não a escolha deliberada” (2011, p.148). A autora discorre ainda que mesmo o adulto pode ser capaz de mudar suas disposições já adquiridas e aperfeiçoar seu caráter pela mudança de hábito e, para tanto, é necessário conhecer a tendência de seu desejo, para que seja possível mudar o hábito.

A razão, quando quer mudar o desejo, necessita conhecê-lo para saber avalia-lo e controla-lo e, para aquele que ainda necessita moldar o caráter, pode obtê-lo através do conhecimento de si mesmo. “De fato, moldar adequadamente o caráter de alguém - seja quem for que nos apresente – não é tarefa para qualquer pessoa ao acaso; se uma pessoa pode fazer isto, esta é a pessoa que tem o conhecimento adequado” (EN, X, 9, 1180b, 1999, p. 208). Tal conhecimento, para Aristóteles, deve ser guiado por cuidado e discernimento, a fim de orientar os desejos por uma educação que pode se estabelecer seguindo os ditames da razão. Desse modo, para que haja mudança é necessário conhecimento sobre si mesmo, e ainda desejar praticar ações de acordo com a racionalidade. Faz-se ainda necessário conhecer as disposições visando encontrar um meio termo para orientar adequadamente as ações e emoções e assim, mudar o hábito se necessário for para melhor educar o desejo. O desejo quando educado pelo hábito tem prazer por aprender o bem através da razão e, assim, estar de acordo com a educação moral. Aggio destaca que “a educação moral serve para que o desejo passe a ouvir e a ter prazer com o que a razão determina como um bem” (2011, p. 151).

O desejo, quando educado, tem prazer com o que aprendeu através da razão. Com o desejo educado existe uma completa harmonia com a razão, porque se estabeleceu a virtude, e o virtuoso já sabe o que deve ser feito e o que deve desejar para constituir o bem. O virtuoso deseja somente o que é correto e, por isso, age conforme deve ser, ou seja, em consonância com a razão, deseja o fim virtuoso por si mesmo. A virtude pode ser adquirida porque nossa natureza pode ser educável, e isso serve como fundamento para a educação moral, pois pode-se aprender a ter bons prazeres, tendo como princípio o bem.

Somente a razão é capaz de persuadir o desejo a ver o fim correto e escolher os meios certos para esse fim. Contudo, deve existir uma disposição para aprender a ser virtuoso e dominar o desejo. Desejar o bem e perceber o que deve ser feito expressa o caráter do virtuoso que educou seu desejo. A virtude se sobressai quando o querer e o apetite são guiados pela razão, pois o virtuoso, além de fazer o que é bom (o bem), tem prazer em fazê-lo, e o que é bom lhe parece prazeroso. Segundo Hutchinson, “para termos uma particular virtude, precisamos cultivar uma disposição que sempre nos envolve no grau correto da

resposta emocional” (2009, p. 282). Disposição, esta, que deve ser mediada permanentemente por hábitos orientados pela razão.

O virtuoso sabe diferenciar o penoso do prazeroso e orientar adequadamente suas ações. Tem consciência de que se faz necessário ter disciplina para estabelecer a orientação correta que possa combater o apetite e o impulso. Sabe que o homem é responsável por suas ações e está em seu poder governar suas emoções, o desejo e o prazer. Sendo assim, pode agir diferente; age conforme suas escolhas e não pode se dizer vítima dos desejos, pois uma má ação não pode ser justificada por uma cegueira emocional ou cólera. Hutchinson esclarece que, “se sou um homem sem consideração e desalmado, então eu efetivamente não consigo controlar meu comportamento. Isso não é desculpa, diz Aristóteles, pois você é responsável por ter se tornado um homem assim” (2009, p. 272). Tal homem desalmado, assim formou-se por não educar seus desejos previamente, e por isso, perdeu o controle sobre seus impulsos.

Quando o agente age por impulso²⁶, age momentaneamente antes mesmo de ouvir a razão, e por isso, age precipitadamente. Isso acontece por não ter educado o desejo, e ter deixado o apetite tomar conta. O apetite não escuta a razão e nem dá atenção ao que deve ser feito, porque almeja apenas o prazeroso. Aggio (2011, p. 163), esclarece que “o apetite não ouve de modo algum a reta razão, pois se trata do apetite do descontrolado e do intemperante e não do virtuoso; para este último, o apetite já está educado e não segue qualquer prazer, e sim aqueles que acompanham ações virtuosas”. A autora explica que, tanto o impulso como o apetite são movidos por ações voluntárias, e que o apetite é considerado ainda mais censurável do que o impulso, pois enquanto que o apetite não quer ouvir a razão, o impulso ouve de certa maneira. O impulso é considerado mais natural do que o apetite, pois os apetites são sentidos pelo costume dos maus hábitos; assim sendo, o impulso pode ser mais desculpável do que o apetite excessivo. Este é descontrolado e manipulador, já o impulso é de natureza impetuoso. Porém, “a natureza de ambos os desejos é capaz de ouvir a reta razão, ou seja, é capaz de ser educada, visto que tanto o objeto de impulso, como o do apetite, podem ser constituídos por uma apreensão racional do que é verdadeiramente um bem” (AGGIO, 2011, p. 166).

Portanto, o bem verdadeiro é adquirido pela racionalidade que antevê o fim da ação como um bem que foi orientado pela reta razão a ter hábitos corretos. Por isso, desejar uma ação boa é considerá-la prazerosa. Porém, há sempre que ter discernimento para não

²⁶ Aggio (2011, p. 158) esclarece que “o impulso é um tipo de desejo cuja a natureza é de menor clareza e cujo o objeto é de maior amplitude, se compararmos com o apetite e o querer. Se o apetite é claramente o desejo pelo prazeroso e o querer pelo bem, o impulso parece se referir, sobretudo, à dor”.

confundir o bem real com o bem aparente, ou seja, aquele que lhe aparece como prazeroso, mas que não tem um fim bom. Este, o fim bom, é sempre almejado pelo virtuoso por ter educado seu desejo, pois aprendeu a ter bons prazeres. A educação do desejo adquirida pelo hábito de bem agir se concretiza firmemente no caráter do virtuoso, pois, para ele, agir bem é sempre prazeroso, enquanto que agir mal é ignóbil e condenável. O virtuoso não tem necessidade de lutar contra os desejos e emoções inadequadas porque a virtude é um estado em que “as emoções estão corretamente ajustadas; não é preciso que a personalidade moral seja forte porque não há uma luta com impulsos incorretos” (HUTCHINSON, 2009, p. 278).

Quando o ser humano se deixa guiar pela sensação, vive pela emoção, porque percebe apenas o bem aparente, e assim deixa se escravizar pelo desejo. Entretanto, quando segue a razão deseja o bem puro e simples, ou seja, o bem verdadeiro, sendo que o bem agir é ele mesmo o fim. A reflexão realizada sobre determinada ação constrói um fim previamente dado, onde delibera-se sobre os meios. Confia-se na parte racional para conduzir a ação, usa-se a prudência²⁷ como comprometimento com o fim último da ação. Este se releva bom, quando a ação é escolhida por ela mesma, através da racionalidade, da coragem e firmeza de caráter de quem sabe fazer a escolha certa. Conforme Hutchinson, “se uma ação deve realmente ter a bondade que um ato de coragem tem, ela tem de ser feita por um homem cujo caráter é firme e permanentemente corajoso e tem de ser feita por ela mesma, pois ele sabe que é a coisa certa a fazer” (2009, p. 277).

Mais uma vez o filósofo reforça o pensamento de que a escolha deve ser conduzida seguindo os ditames da razão, visando boas ações que demonstram firmeza do caráter. Isso demonstra que a última medida do agir humano deve ser almejada remetendo a um fim puramente mais elevado, o bem e a felicidade²⁸. Höffe (2008, p. 191) esclarece que por Aristóteles partir do conceito do desejo, “a sua ética torna-se a teoria do bem, dito mais exatamente, do melhor viver, na qual conjuntamente se introduz, contudo, uma moral

²⁷ Höffe argumenta que, “a prudência tem um caráter prático, e não teórico, na medida em que, a diferença da razoabilidade (*synesis*) e da boa razoabilidade (*eusynesis*), não faz apenas juízos, mas também manda executar” (2008, p. 183). O autor reforça o argumento expondo que se ela, a prudência, orienta sobre o que se deve e o que não se deve fazer, seu poder de decisão é decisivo para a ação planejada. A ação planejada prevê um fim pensado e escolhido, enquanto o desejo almeja um fim previamente dado. Aristóteles ressalta que a origem da ação (sua causa eficiente, e não final) é a escolha, e a origem da escolha está no desejo e no raciocínio dirigido a algum fim. É por isto que a escolha não pode existir sem a razão e o pensamento ou sem uma disposição moral, pois as boas e a más ações não podem existir sem uma combinação de pensamento e caráter (EN, VI, 2, 1139b, 1999, p. 114).

²⁸ No livro I da *Ética a Nicômacos* (10, 1100b), Aristóteles esclarece que o homem feliz será feliz por toda a vida, por estar sempre praticando a virtude. “Da mesma forma ele suportará as vicissitudes com maior gallardia e dignidade, sendo como é, ‘verdadeiramente bom e irrepreensivelmente tetragonal’” (EN, I, 10, 1100b, 1999, p. 29).

genuína”. E o melhor viver, segundo as orientações da ética aristotélica, se alcança seguindo uma habituação que começa desde a infância, criando bons hábitos e os cultivando continuamente e seguindo as orientações da razão. Esta é capaz de orientar o desejo e governar as emoções visando o bom direcionamento das ações que constituem o bem. Desse modo, quem dispõe da orientação racional encontra a harmonia consigo mesmo, e é capaz de fazer o bem simplesmente porque é bom²⁹, e por ser bom não entra em conflitos internos, não tem de que se arrepender porque age corretamente por ser virtuoso.

Os desejos, a escolha deliberada e a racionalidade necessitam estar em harmonia para que a virtude seja efetivada pelo exercício de bons hábitos. A virtude é alcançada somente pelo agir virtuoso; por isso, para se tornar justo, se deve agir de modo justo, e para ser temperante se deve agir conforme o temperante. “Esse processo de aprendizado é concluído com sucesso quando se encontrou para as suas afecções um comportamento correto e, em consequência disso, perseguem-se espontaneamente os fins corretos” (HÖFFE, 2008, p. 199). Diante de tais considerações pode-se dizer que para alcançar a virtude em Aristóteles o ser humano deve ser bom, e ele aprende a ser bom pelo cultivo de hábitos bons que concretizam a virtude, pois o virtuoso sabe fazer bom uso de seus desejos e emoções. O virtuoso sabe governar seus desejos e, em consequência disto, consegue fazer escolhas corretas, porque educou moralmente seu desejo e suas emoções pelo hábito de bem desejar, seguindo a racionalidade. A escolha deliberada orientada pela razão guia o desejo a desejar o bem, ou seja, o exercício ativo que se estabelece por toda a vida, concretizando a virtude. A natureza fornece a capacidade de educar o desejo para fazer boas escolhas, e essa capacidade se aperfeiçoa pelo hábito.

2.3 A educação do prazer pelo hábito de bem desejar

Aristóteles considera que o prazer não é um movimento, nem resultado dele, mas sim que ele é um todo, pois vida e prazer estão unidos e são inseparáveis. Se faz necessário educar o desejo para que se saiba ter prazer com as coisas corretas. Com o que se deve, quando se deve e como se deve³⁰, pois saber ter bons desejos significa escolher deliberadamente o bem.

²⁹ Segundo Aristóteles, “saber o que é a excelência moral e a intelectual não é o bastante; devemos esforçar-nos por possuí-las e praticá-las, ou experimentar qualquer outro meio existente para nos tornarmos bons” (EN, X, 9, 1179b, 1999, p. 207).

³⁰ No livro VII (7, 1152a, 1999, p. 145), Aristóteles observa o seguinte “uma pessoa é dotada de discernimento não apenas por saber como deve agir, mas por ser capaz de agir como acha que deve; a pessoa incontinente,

Quando o desejo está acompanhado da atividade correta ele pode ser um bem, mesmo não sendo um bem supremo. Segundo Aggio “o prazer advém da realização de um certo tipo de atividade e não de qualquer atividade que seja: trata-se da boa e bela atividade conforme o julgamento do homem bom e não conforme o prazer que a ela necessariamente implica” (2012, p. 29). Na visão de Aristóteles, o homem virtuoso procura as boas ações no que tange ao prazer porque devem ser boas em si mesmas, pois o homem virtuoso educa o desejo pelo hábito de bem desejar. Por isso, entender o prazer nos faz entender o caráter do agente.

O prazer é um fator que motiva a ação, pois toda a ação pode ser acompanhada de prazer ou dor que a determina. Porém, para Aristóteles, o virtuoso sente prazer com o que se deve, quando se deve e como se deve. Isto significa que quem possui a virtude sabe fazer escolhas certas, sabe que o prazer não necessita ser evitado, mas sente prazer com o que é correto. Aristóteles considera que a felicidade inclui prazer e, sendo ela um bem supremo, não incluiria algo que fosse um mal. Porém, Aristóteles esclarece “que nem o prazer é o bem, nem todos os prazeres são desejáveis, e que alguns prazeres são desejáveis por si mesmos, sendo diferente dos outros especificamente ou em suas fontes” (EN, X, 3, 1174a, 1999, p.195). O prazer para o filósofo não deve ser descartado, deve ser educado, para que se saiba ter prazer como que é correto. Na concepção de Aggio, “o fundamento da educação moral se encontra no fato de que a nossa natureza é educável, ou seja, que o prazer pode ser um bem em certas condições e o desejo pode ser capaz de ter prazer com o que é verdadeiramente bom” (2012, p. 31).

Ter prazer com o que é verdadeiramente bom é saber que prazeres ruins se vinculam a más ações e isto acontece quando o prazer é buscado pelo prazer em si mesmo. O intemperante é propenso a tal ação. Ele deseja inadequadamente porque erra por excesso, por não ter o hábito de bem desejar. E, segundo Aristóteles, os desejos em excesso são contrários à natureza. Quanto à origem dos desejos é ruim, como o desejo excessivo, ele é contrário à natureza por desejar em desacordo com o raciocínio. Porém, quando o modo de desejar está de acordo com a razão é moderado, por ter se habituado a desejar sabiamente. Os prazeres, quando dosados na medida adequada, podem ser considerados naturalmente como prazerosos e quando desejados na medida errada, ou seja, pelo excesso, é indevido. O filósofo assegura que é por natureza que temos a inclinação de buscar o prazer, pois este está imbricado com a vida, e é saudável e aperfeiçoa a vida quando é buscado de forma moderada. Segundo

todavia, é incapaz de agir como deve, ao passo que nada impede uma pessoa talentosa de ser incontinente; é por isso que às vezes se pensa realmente que algumas pessoas são dotadas de discernimento mas são incontinentes”.

Hutchinson, “o prazer tem de ser geralmente uma coisa boa, pois seu oposto, a dor, é ruim. Ademais, toda a criatura viva, seja racional, seja irracional, visa o prazer e escolhe tê-lo, e, a menos que a natureza esteja absolutamente enganada, isso tem de indicar que o prazer é bom” (2009, p. 275). Porém, Aristóteles considera que o prazer não deve ser avaliado em si mesmo como bom ou mau, pois ele pode ser um bem, o que vai depender do caráter moral do sujeito que sente o prazer. “Parece claro, então, que nem o prazer é o Bem, nem todos os prazeres são desejáveis por si mesmos, sendo diferentes dos outros especificamente ou em suas fontes” (EN, X, 4, 1174a, 1999, p. 195). Assim sendo, a qualidade moral do prazer parece ser o modo correto de desejar, fundamentado na moderação e guiado pela razão que educou o desejo através de bons hábitos, objetivando como fim último o bem.

Aristóteles mostra que o prazer é valioso quando obtido com a finalidade de ter uma vida melhor, isso significa não viver uma vida para buscar o prazer por si mesmo como o intemperante o faz. O prazer deve ser buscado visando como fim o bem. O temperante não busca o prazer por ele mesmo, mas obtém o prazer acompanhado de uma atividade³¹ boa. Aggio ressalta que “a qualidade moral do prazer será concebida conforme a qualidade moral da atividade à qual ele pertence e a sua função moral será a de poder aperfeiçoar a boa atividade” (2011, p. 89). Desse modo, o desejável deve ser concebido por escolhas que direcionem para o bem. Ao realizar uma atividade com prazer ela pode ser melhor realizada, porém o bem deve ser sempre o fim da atividade, pois a atividade boa deve prevalecer ao prazer que possa ser extraído da mesma. Igualmente, “o prazer inerente a uma atividade digna é bom, e o inerente a uma atividade indigna é mau, da mesma forma que desejar objetos ignóbeis é condenável”. (EN, X, 5, 1176a, 1999, p. 199).

Para Aristóteles as atividades que visam o bem, ou seja, as atividades boas, que fogem ao excesso, e, por isso são moderadas, podem ser consideradas perfeitas, enquanto que as atividades indignas são condenáveis. Segundo ele, “a vida e o prazer parecem indissolúvelmente unidos e não admitem separação, já que não há prazer sem atividade e o prazer torna a atividade perfeita” (EN, X, 4, 1175a, 1999, p. 197). Quando sente-se prazer ao realizar uma atividade de modo errado ou em excesso será considerada moralmente imperfeita. Uma atividade perfeita exercida com prazer é realizada com discernimento. “O prazer é realmente uma coisa boa, na opinião de Aristóteles, quando ele surge das atividades apropriadas dos homens em condição moral apropriada” (HUTCHINSON, 2009, p. 275). A

³¹ No livro X da *Ética a Nicômacos*, (1176b), Aristóteles observa que “as atividades desejáveis em si são aquelas nas quais nada se busca além do exercício da própria atividade, e pensamos que as ações conformes à excelência moral são desta natureza, pois a prática de atos nobilitantes e bons é uma coisa desejável em si.

atividade a ser desejada necessita ser pensada e executada como um bem por quem a pratica, e por isso, é essencial que em cada situação seja feita uma avaliação das circunstâncias em que a atividade ocorre. Através do uso da reta razão pode-se analisar corretamente o que pode ser efetivado em cada situação particular.

A reta razão possibilita fazer a avaliação correta da atividade a ser realizada, visando o alcance de uma atividade perfeita. “Segundo a análise de Aristóteles, um prazer ser bom depende inteiramente de a atividade associada ser boa” (HUTCHINSON, 2009, p. 274). Ao ter prazer a atividade se torna mais desejável e, assim, pode-se dizer que o prazer parece ser a condição para que a atividade seja exercida de modo perfeito. “Uma atividade é intensificada pelo prazer que lhe é inerente, já que cada classe de coisas é melhor julgada, e feita com maior precisão, pelas pessoas que se dedicam às suas atividades com prazer” (EN, X, 5, 1175a, 1999, p. 197). Desse modo, o prazer quando desejado para atividades boas impulsiona o exercício da atividade tornando-a excelente por realizá-la com maior precisão. Entretanto, deve-se desejar a atividade por ela ser boa, e não por ela ser prazerosa, mesmo ela já sendo prazerosa, porque a atividade quando desejada pelo virtuoso já é prazerosa.

Com efeito, o desejo bem orientado ocupa uma posição intermediária que busca a escolha desejando um fim bom. Este é escolhido porque o desejo adquiriu uma educação cultivada por hábitos que regulam a tendência de desejar qualquer coisa, pois leva a fazer escolhas sensatas. Fazer boas escolhas exige uma disposição virtuosa a respeito das emoções, do prazer e do desejo, afim de saber regular as afecções de modo que sejam experimentadas adequadamente. Consequentemente, a educação do prazer remete à formação do caráter que visa a desejar, o que é correto, determinando o homem bom. O hábito de desejar segundo a reta razão educa de forma a dosar os apetites e sentir prazer com o que é correto. Além disso, age tendo como propósito um fim moralmente prazeroso, sem objetivar o prazer em si. O estagirita considera que o bem é digno de ser alcançado por si mesmo, não tendo outra finalidade; por esta razão, o desejo bom é necessariamente governado pela reta razão (EN, I, 7, 1097b, 1999, p. 23). Logo, a razão é capaz de harmonizar apetite e querer, pois o desejo se dispõe a obedecer à razão porque foi educado para seguir o que se deve. Quando se escolhe o que se deve, consequentemente, a ação se concretiza como virtuosa.

A ação virtuosa deve ser desejada por ser boa e não por ser prazerosa, pois deve ser desejada em si mesma e ser escolhida por ela mesma, ou seja, por ser uma ação boa e não pelo prazer que ela proporciona. Aristóteles ressalta que devemos desejar o que é bom visando o resultado que evidencia o próprio bem e jamais o prazer proporcionado, pois “algo é

particularmente digno de ser escolhido e bom se é escolhido por si mesmo” (HUTCHINSON, 2009, p. 275). Por isso, deve-se fazer um julgamento do que é o bem. O erro nas escolhas, segundo o filósofo, é escolher algo considerado bom em vista do prazer esperado. Para que a escolha seja acertada é importante educar o apetite, para que o desejo se habitue a ter prazer com o que se deve. Aggio esclarece que “se as nossas ações e emoções são acompanhadas de prazer e dor, pois o objeto de desejo se constitui como aquilo que nos parece ser prazeroso, ser educado para regular os próprios apetites e, conseqüentemente, ter prazer com fins virtuosos é moralmente essencial” (2011, p. 58).

Ter prazer objetivando fins virtuosos requer que o bem, independente de ser prazeroso ou não por quem o realiza, deva sempre ser um bem. Deve-se desejar o bem, porém em certos casos deseja-se porque parece ser bom e não porque é verdadeiramente bom. O bem aparente para que seja verdadeiro depende da disposição virtuosa, ou seja, do homem bom, pois somente o virtuoso é capaz de julgar o que é bom porque aprendeu corretamente o que é o bem. “A condição, portanto, do desejo ser reto é que o bem em si seja apreendido adequadamente” (AGGIO, 2011, p. 102). Um desejo bom tem por objetivo estar de acordo com a reta razão para se constituir verdadeiramente como um bem. A obediência à razão leva a agir acertadamente para saber o que deve ser feito, pois a disposição de caráter deve-se se inclinar a desejar o bem. A disposição de caráter do virtuoso é capaz de desejar corretamente, pois adquiriu o hábito para desejar acertadamente. O hábito, em Aristóteles, é um elemento importante para a formação do caráter, pois através dele um sujeito aprende desde cedo a habituar-se a desejar corretamente. “Só é possível haver o desejo por algo bom de fato porque existe previamente o hábito de bem desejar, porque já se educou o desejo a desejar reta ou belamente” (AGGIO, 2011, p. 104). Portanto, a educação do desejo pelo hábito de bem desejar é capaz de formar um caráter firme que deseja acertadamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão sobre a educação das emoções, do desejo e do prazer em Aristóteles remete a saber qual a base que consolida este elo. A hipótese buscada inicialmente se sustenta por confirmar que o hábito se concretiza como a base que circunda a temática. Por meio do comando da razão, o hábito se estabelece e constitui o governo das emoções, do desejo e do prazer por ter mediado uma educação correta. O hábito, segundo Aristóteles, para ser

enraizado fortemente requer tempo a fim de ser cultivado corretamente e constituir a virtude moral. Um bom caráter se realiza através de um bom raciocínio capaz de discernir diante das ações para avaliar o justo ou injusto e, deste modo, orientar as emoções, o desejo e o prazer pelos hábitos estabelecidos através dos ditames da razão.

A razão é capaz de orientar o agir para que os fins bons sejam almeçados e alcançados. Ela, a razão, quando orienta as disposições da alma guia o sujeito em vista de ações corretas. E por estarem corretas, as ações remetem à constituição do agir virtuoso em busca do bem, e do bem viver. A ética aristotélica preza pelo bem-viver dos cidadãos junto a sua comunidade, observando o bom *ethos* e a reflexão política. Porém, não bastam parâmetros éticos, é necessário postura do sujeito, que deve ter discernimento e bom senso ao agir. A postura correta do sujeito se estabelece pelo cultivo permanente de hábitos corretos. Conseqüentemente, a virtude do caráter deve ser adquirida pelo hábito e por isso a educação do ser humano também se revela através de bons hábitos adquiridos desde a infância. Estes, quando orientados pela racionalidade, têm a capacidade de governar as emoções, o desejo e o prazer e, assim, agir virtuosamente. O virtuoso possui suas emoções, desejo, e prazer ajustados corretamente, justamente porque os educou com o cultivo do hábito orientado pela razão e, assim sendo, não necessita lutar contra seus impulsos.

O ser humano dotado de razão pode ser sensível para admirar o admirável e repudiar o que não é bom. Pode aprender a ter comportamentos íntegros, justos, nobres, valiosos; pode ter o conhecimento para agir corretamente e saber o que deve e o que não deve fazer. Porém, essa capacidade é algo inacabável porque é um aprendizado que necessita estar constantemente sendo avaliado e refletido diante das diferentes situações que se apresentam no cotidiano; para tanto, os bons hábitos enraizados se estabelecem como mediadores que cultivam o aprendizado.

O conhecimento (sabedoria prática) que o homem adquire sobre suas emoções reverte-se em autoconhecimento e aperfeiçoamento de si, e visa a orientação e o equilíbrio diante das ações. Com o autocontrole sobre si, o homem pode ser capaz de lidar bem com as situações que se apresentam na convivência social, prevenindo aborrecimentos e exercitando a tolerância frente a oposições, evitando a violência e impedindo que emoções como a cólera, o medo e outras, prejudiquem o bom andamento de suas vivências. As emoções fazem parte do agir humano e quando educadas adequadamente contribuem para a constituição da virtude moral. Quando estabelecida a virtude, o virtuoso sabe aplicar a justa medida em suas emoções, pois seu caráter é produto do enraizamento do hábito pelo bom raciocínio. Desse

modo, para ter uma vida correta, se faz necessário saber discernir e ter um raciocínio bem organizado, de modo que possa sentir as emoções certas em cada situação.

Por conseguinte, entender as emoções pode ajudar a educá-las e a razão a dominá-las. Tendo educado as emoções, pelo meio de hábitos estabelecidos firmemente, é possível ter uma vida correta, bem conduzida, com discernimento, com boas ações, por saber sentir as emoções corretamente. As emoções são conduzidas corretamente a seguir a razão quando educadas por um longo período de tempo, ou seja, desde tenra idade devem ser bem habituadas, para que possam ser governadas. Com as emoções certas e o auxílio da razão, aumenta a capacidade de discernir, e igualmente, adquirir qualidades que vão ao encontro da virtude moral. Esta, a virtude moral, depois de adquirida, se efetivará por toda a vida mediante o cultivo permanente de bons hábitos, que são essências para a educação das emoções.

Pode-se dizer que a educação de um sujeito é adequada quando ele tem governo sobre suas emoções, o desejo e o prazer, e sabe agir virtuosamente, mostrando que sua ação é pensada de forma inteligente. Nesse sentido, todo ser humano deve ser capaz de lidar com o prazer e o sofrimento, pois estes fazem parte da vida; deve saber regular a tendência de buscar o prazer e evitar o sofrimento desde cedo, para que seja correto e busque o bem. E, para tanto, é necessário conhecer os impulsos da alma, a fim de poder educá-los, através da aquisição de bons hábitos que formam o bom caráter. Na perspectiva de Aristóteles, os bons hábitos adquiridos desde tenra idade são fundamentais para que um sujeito eduque suas emoções, o desejo e o prazer.

O sujeito virtuoso em Aristóteles tem o desejo educado e, por esta razão, sabe ter prazer com o que se deve, quando se deve e como se deve. O desejo, quando acompanhado da atividade correta, pode ser um bem, mesmo que não seja um bem supremo. Em suma, para que seja um bem deve proceder de uma atividade correta conforme o homem bom faz e não pelo prazer que pode proporcionar. Isso porque o virtuoso sempre procura as ações boas quando se relaciona com o prazer por saber discernir sobre o que é realmente bom, pois tem consciência de que uma ação virtuosa necessariamente deve ser boa em si mesma. E, sendo boa em si mesma, a ação prazerosa está coerente com o bem, pois age corretamente. Agindo corretamente está de acordo com a virtude, ou seja, mediante escolhas acertadas no que se refere ao prazer, tendo como fim último o bem. Um bem desejado com um fim bom seguiu a orientação da razão, que enraizou o hábito, de tal modo que, pela obediência a racionalidade a disposição do caráter se inclina a desejar acertadamente.

Conseqüentemente, educar o desejo a desejar corretamente requer previamente ter adquirido o hábito de bem desejar, e ter orientado o desejo a desejar reta e belamente. A disposição correta, nesse caso, educa o desejo a estabelecer a harmonia com a razão. E por ter sido educado a bem desejar, o desejo persegue o que se deve, pois é prazeroso agir corretamente. Percebe-se, portanto, que a razão é capaz de educar o desejo por bons hábitos e estabelecer um autoconhecimento que orienta o agir. O desejo torna-se correto pela educação, que o instruiu a desejar as coisas boas. A educação moral é possível pelo fato de que o desejo pode ser orientado a desejar somente o que é verdadeiramente bom. Com o domínio dos desejos pela razão a virtude se concretiza pelo justo meio que estabelece o equilíbrio perfeito entre as emoções e a racionalidade.

O virtuoso sabe ter prazer com o que é apropriado, sabe escolher o bem. Em vista desta escolha, a atividade a ser realizada deve ser correta, ou seja, conforme o homem bom a pratica, não tendo como fim último o prazer, mas o bem. Quando o prazer é educado, não necessita ser evitado, mas aprender a ter prazer com o que é correto. O virtuoso é capaz de desejar corretamente por ter adquirido o hábito e desejar sabiamente. O prazer correto se concretiza por ter previamente educado o desejo a desejar belamente pelo hábito. O prazer está unido com a vida e são inseparáveis. Ele motiva a ação, mas esta necessita ser bem conduzida pelo raciocínio que foi habituado à bem orientar as ações. Ter prazer com o que se deve, como se deve e quando se deve é o modo correto de agir. Por isso, educar o prazer requer orientação desde cedo, para que se aprenda a ter prazer com o que é verdadeiramente bom. O modo de ter prazer corretamente deve estar em consonância com a razão, para que seja moderado, saudável e que aperfeiçoe a vida. O prazer é valioso quando visa aperfeiçoar a atividade objetivando uma vida melhor. Com o prazer educado pelo hábito de bem desejar, as escolhas se direcionam retamente por estar bem orientadas pelo raciocínio.

Em suma, o homem virtuoso sabe fazer bom uso de suas emoções, do desejo e do prazer. Ele adquire a virtude mediante bons hábitos que cultiva permanentemente e, por isso, sabe como deve agir e fazer escolhas corretas. Sendo assim, o hábito em Aristóteles se estabelece como a base que relaciona a educação das emoções, do desejo e do prazer, pois através do comando da razão o hábito foi adquirido de maneira que se enraizou firmemente constituindo o governo das emoções e do desejo, por terem sido educados corretamente.

REFERÊNCIAS:

AGGIO, J. O. *Prazer e desejo em Aristóteles*. Tese. (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-10082012-185037/pt-br.php>>. Acesso em: 20 de dez 2017.

AGGIO, J. O. Prazer e virtude segundo Aristóteles. Disponível em: <<http://www.revistas.ufpr.br/doiPontos/article/download/31870/21778>>. Acesso em: 17 de julho de 2017.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Brasília: EdUnB, 1992.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2005.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ARISTÓTELES. *De anima*. São Paulo: Editora 34 LTDA, 2012.

ARISTÓTELES. *Sobre a alma - obras completas de Aristóteles*. 2010. Disponível em: <<http://www.obrasdearistoteles.net/files/volumes/0000000031.pdf>> acesso em 27 de julho de 2017. Acesso em: 13 de set 2017.

BERTI, E. *Novos estudos aristotélicos III: filosofia prática*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

BESNIER, B; MOREAU, P. F; RENAULT, L. (Orgs). Aristóteles e as paixões. In: *As paixões antigas e medievais: teorias e críticas das paixões*. São Paulo: Loyola, 2008.

BOMBASSARO, L. C.; DALBOSCO, C. A.; HERMANN, N. (Coord.). *Percursos Hermenêuticos e políticos: Uma homenagem a Hans-Georg Flickinger*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Caxias do Sul, 2014.

CAMPS, V. *El gobierno de las emociones*. Barcelona: Herder Editorial, 2011.

CENCI, A. V. *Aristóteles & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CENCI, A. V. *O que é ética?: elementos em torno de uma ética geral*. Passo Fundo: A. V. Cenci, 2002.

FRANCISCO, M. de F. Caráter, emoção e julgamento na Retórica de Aristóteles. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2002. <<<http://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/viewFile/73782/77448>>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2016.

GUTHRIE, William K. C. *História de la filosofia griega*. Madrid: Gredos, 1999.

HÖFFE, O. *Aristóteles*. Porto Alegre: Artemed, 2008.

HOURDAKIS, A. *Aristóteles e a educação*. São Paulo: Loyola, 2001.

HUTCHINSON, D. S. Ética. In: BARNES, J. (Org). *Aristóteles*. Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2009.

LEAR, J. *Aristóteles: o desejo de entender*. São Paulo: Discurso Editorial, 2006.

LIMA, M. A. de. *A Retórica em Aristóteles: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia*. Natal: IFRN, 2011.

LLOYD, G. *Aristóteles: desarrollo y estructura de su pensamiento*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

LORD, C. *Education and culture in the political thought of Aristotle*. Londres: Ithaca. 1982.

MARCOS, A. Aprender haciendo: paideia y phronesis em Aristóteles. *Educação*, Porto Alegre, v, 34, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2011.

MENEZES E SILVA, C. M. de. A dimensão cognitiva da paixão em Aristóteles, 2013. Disponível em: <www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista4/eidea4-02.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

NUSSBAUM, M. C. *La terapia del deseo: Teoría y práctica en la ética helenística*. Barcelona: España, Paidós. 2003.

O PAPEL DAS EMOÇÕES NA RETÓRICA DE ARISTÓTELES. Disponível em: <<<http://www.aisthe.ifcs.ufrrj.br/vol%20IV/SILVA.pdf>>> Acesso em 06 de fevereiro de 2016. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

ROSS, D. *Aristóteles*. Lisboa: Quixote, 1987.

SORIA, A. B. M. de. *Educación del carácter/educación moral: propuestas educativas de Aristóteles y Rousseau*. Plaza de los Sauces: Ediciones Universidad de Navarra, S. A. (EUNSA). 1998.

VERGNIÈRES, S. *Ética e política em Aristóteles*. São Paulo: Paulus, 1998.

WOLF, U. *A Ética a Nicômaco de Aristóteles*. São Paulo: Loyola, 2010.

ZINGANO, M. *Estudos de ética antiga*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

ZINGANO, M. *Aristóteles: tratado da virtude moral: Ethica Nicomachea I 13-III 8*. Tradução, notas e comentários por M. Zingano. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.

CIP – Catalogação na Publicação

-
- B533e Berra, Eliane Aparecida
A educação das emoções, do desejo e do prazer na Ética a
Nicômacos de Aristóteles / Eliane Aparecida Berra. – 2018.
69 f. ; 30 cm.
- Orientação: Dr. Ângelo Vitorio Cenci.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de
Passo Fundo, 2018.
1. Educação. 2. Desejo. 3. Emoções. 4. Aristóteles – Análise
crítica. I. Cenci, Ângelo Vitorio, orientador. II. Título.
- CDU: 37.015.3
-

Catalogação: Bibliotecária Marciéli de Oliveira - CRB 10/2113